

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARCOS PAULO TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: análise dos jornais *O Estado do Maranhão* e
O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990)**

SÃO LUÍS

2016

MARCOS PAULO TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: análise dos jornais *O Estado do Maranhão* e
O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990)**

Monografia apresentada à coordenação
do curso de História da Universidade
Estadual do Maranhão para obtenção do
grau de licenciatura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Monica Piccolo
Almeida

São Luís
2016

Teixeira, Marcos Paulo.

A construção do consenso: análise dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990) / Marcos Paulo Teixeira. – São Luís, 2016.

58 páginas

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof^a. Dra. Monica Piccolo Almeida

1. Transição. 2. Imprensa. 3. Maranhão. I. A construção do consenso: análise dos jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990).

CDU: 94(81).089:070(812.1)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Cidade Universitária PAULO VI – C.G.C 06.352.421/0001-68 – FONE: 3245 1500 – FAX(098) 245 5882

Criada nos termos da Lei Nº 4.400 de 30.12.81 Vinculada à Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia

MONOGRAFIA – ACEITE DO ORIENTADOR

São Luís, 22 de janeiro de 2016.

Aluno (a): Marcos Paulo Teixeira

Matrícula: 1089133

Orientador (a): Monica Piccolo Almeida

Título da Monografia: *A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: análise dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990)*

À Coordenação de Monografia do Curso de História da UEMA:

Tendo acompanhado a elaboração e examinado a versão final da monografia acima, considero satisfatório o resultado do trabalho e recomendo seu encaminhamento à banca examinadora.

Atenciosamente,

Assinatura do (a) orientador (a)

MARCOS PAULO TEIXEIRA

**A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO: análise dos jornais *O Estado do Maranhão* e
O Imparcial, a respeito da Transição Brasileira no Maranhão (1985-1990)**

Monografia apresentada à coordenação
do curso de História da Universidade
Estadual do Maranhão para obtenção do
grau de licenciatura.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^a Monica Piccolo Almeida (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

1º Examinador

2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui expostos representam uma pequena parte da importância de todos que acompanharam essa fase que agora se encerra. Em primeiro lugar, agradeço a toda minha família, em especial as minhas duas mães, Maria de Jesus Furtado Teixeira e Maria Lúcia da Silva Pinto, também ao meu “avohai” Paulino Frazão Pinto pelos esforços incomensuráveis e incessantes na ajuda da realização dos meus sonhos, a vocês a minha mais profunda gratidão, sem vocês nada disso seria possível.

Aos Professores e funcionários que sempre buscam o melhor para o curso, a ajuda de vocês frente à burocracia da vida acadêmica e com as dúvidas da nossa profissão é extremamente importante, muito obrigado. A minha turma pela convivência, discussões em sala e fora dela também. Aos demais colegas de outros períodos pelo engrandecimento da vivência acadêmica.

Aproveito para agradecer Monica Piccolo Almeida, não somente pela orientação desse e de tantos outros trabalhos, agradeço, sobretudo pela amizade e o exemplo da profissional competente, dedicada e responsável que é, a você, a minha mais sincera gratidão e também o mais profundo respeito.

Agradeço a três irmãos que encontrei na graduação, Manoel Afonso Ferreira Cunha, Wallas Meirelles Gouveia e Wilson Pinheiro Araújo Neto, obrigado não somente pelos risos, agradeço pelos momentos em que a vida testou nossas amizades e sobrevivemos ajudando uns aos outros.

“Quando se trata da história do tempo presente, não encontramos nunca interpretações definitivas, apenas explicações que diminuem as margens de erro, que reduzem os inevitáveis impressionismos, ou seja, se superam. Assim avança o conhecimento.”

Valério Arcary

“Ora, a constituição voltava-se contra essa erva daninha da anitidemocracia (que, pelo avesso, reflete a democracia restrita, que se esconde por trás de um ritual eleitoral massivo). Ela visava desatar a participação popular e gerar um pólo popular de poder político. A continuidade da “transição” aniquila essa aspiração coletiva e reaviva a convicção radical de que a revolução democrática não passa por dentro da ordem legal”

Florestan Fernandes

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o posicionamento institucional dos jornais O Imparcial e O Estado do Maranhão para traçar um panorama sobre os principais fatos noticiados pela imprensa no período referente ao governo de José Sarney, período este da Transição para a Democracia após 21 anos de Ditadura Empresarial Militar Brasileira. Levando em consideração as contribuições teóricas de Antonio Gramsci, na utilização de conceitos como Estado Ampliado, Sociedade Civil e Sociedade Política, podemos observar a dinâmica dos diversos projetos postos na luta pela hegemonia. Sendo o jornal um Aparelho Privado de Hegemonia, cabe analisar se este funcionou como difusor dos projetos, sejam estes hegemônicos ou contra-hegemônicos, para assim analisar sua participação dentro do período em questão. Ajudando na compreensão da história local e nas dinâmicas empreendidas no período da Transição Brasileira, que também foram alvo de discussões no Estado.

Palavras-Chave: Transição; Imprensa; Maranhão.

ABSTRACT

This study aims to analyze the institutional position of the newspaper O Imparcial and the State of Maranhão, to give an overview of the key facts reported by the press in the period relating to the José Sarney administration , a period of transition to democracy after 21 years Dictatorship Business Brazilian Military . Taking into account the theoretical contributions of Antonio Gramsci , the use of concepts such as Expanded State , Civil Society and Political Society , we can observe the dynamics of the various projects posts in the struggle for hegemony. As the newspaper one Unit Private Hegemony , it should consider whether this work as a diffuser of the projects , whether hegemonic or counter- hegemonic , so as to analyze their participation within the period in question . Assisting in the understanding of local history and the dynamics undertaken in the period of the Brazilian transition , which were also the subject of discussions in the state.

Keywords: Transition; Press; Maranhão.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - História do tempo presente e o arcabouço teórico de Antonio Gramsci	3
1.1. História do Tempo Presente e suas implicações	3
1.2. Antonio Gramsci: conceitos e universalidade	8
Capítulo 2 – Golpe de Estado, Ditadura Empresarial-Militar Brasileira e o longo retorno a Democracia	13
2.1. Crises na República, Golpe de Estado e aspectos da Ditadura	13
2.2. Uma Transição longa e pactuada	22
Capítulo 3 – O uso dos periódicos como fonte e o posicionamento institucional dos jornais a respeito da transição brasileira	30
3.1. A utilização dos Jornais como fonte de pesquisa	30
3.2. A Transição e suas crises	34
3.3. Embates na Constituinte e o nascimento de uma Democracia limitada	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

Analisar o processo de Transição da Ditadura Empresarial-Militar Brasileira é, sem dúvidas, revisitar feridas ainda presentes em nossa sociedade. O estudo do tempo recente configura ponto crucial no entendimento das lacunas deixadas em virtude da interferência nos mais variados níveis em nossas estruturas sociais. Revisitar as várias forças que moldaram nosso atual regime é entender também os limites que a nossa atual Democracia foi forjada. Com muito apelo popular e com pouca participação do povo, foi chamada de “Constituição Cidadã”. Inegável o avanço em algumas questões que estiveram presentes nela, porém, não podemos deixar de criticar outras que nem sequer foram revistas no processo da Assembleia Nacional Constituinte. Marcado por uma forte atuação de setores que barravam qualquer avanço popular. Este trabalho tem como objetivo analisar o posicionamento dos dois maiores jornais em circulação no Estado do Maranhão, *O Imparcial e O Estado do Maranhão*¹, para traçar um panorama de seus papéis enquanto Aparelhos Privados de Hegemonia, nas lutas diárias entre os diversos projetos que marcariam a reorganização do Estado Brasileiro no período do governo José Sarney (1985-1990), fruto das diversas movimentações que marcaram a passagem do último governo militar para um civil, abordamos esse tema por sua centralidade na reconfiguração do Estado.

No **primeiro capítulo** abordaremos a importância dos estudos da História do Tempo Presente e também a questão teórica que norteia este trabalho, refiro-me aos conceitos e teorizações de Antonio Gramsci.

Abordando o surgimento da História do Tempo Presente como campo de estudo necessário, frente aos fatos ocorridos no tempo recente, sua utilização decorre da necessidade de explicações de questões mais próximas do tempo corrente. Essas e outras análises ajudam a demonstrar a sua utilização nos estudos referentes não somente a ditadura como também ao período total da Transição brasileira.

Em relação a Antonio Gramsci, necessário destacar a centralidade de sua teorização sobre o Estado, o qual ganha uma amplitude maior, tornando Estado Ampliado, e dentro deste as duas categorias que o compõem Sociedade Civil e Sociedade Política, ambas com importância para as análises com relação às dinâmicas das sociedades ocidentais. Outro ponto é quanto aos Aparelhos Privados de Hegemonia, descobertos e teorizados por

¹ Seus exemplares encontram-se acondicionados na Biblioteca Pública Benedito Leite.

Gramsci, encontram-se dentro da Sociedade Civil e lutam pela construção do Consenso e também na luta pela Hegemonia.

No **segundo capítulo** abordo a instabilidade política do período anterior ao golpe de 1964, para demonstrar os atores principais dessas crises, e também a centralidade dos empresários na configuração do regime que tomou a direção do Estado Brasileiro, em função de suas alianças classistas marcantes no período e sua ligação com o capital Multinacional e associado, demarcando assim o posicionamento do termo Empresarial Militar, para demonstrar a participação efetiva dessa classe na tomada do Estado. Em outro momento analiso as principais mudanças do período que vai do governo Geisel até o governo José Sarney, para traçar linhas gerais dos vários momentos de reconfiguração no projeto de retorno da democracia no Brasil.

No **terceiro capítulo** abordo o jornal enquanto fonte, desde sua utilização secundária nas pesquisas até a mudança na utilização do historiador para com a imprensa, perpassando por questões de mudanças significativas na historiografia que balizaram o uso do jornal como fonte viável a pesquisa. Aprofundo a questão teórica com relação ao jornal, a aplicabilidade do conceito de Aparelho Privado de Hegemonia e seu papel dentro da sociedade. Ainda nesse sentido, analiso o conteúdo dos jornais no referido recorte temporal do governo Sarney, para identificar os projetos propostos desse período e identificar o posicionamento dos dois jornais em relação aos acontecimentos.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de uma construção histórica que leve em consideração o desenrolar dos fatos nas questões locais, identificando suas dinâmicas e seu posicionamento frente às questões nacionais.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E O ARCABOUÇO TEÓRICO DE ANTONIO GRAMSCI

1.1 História do Tempo Presente e suas implicações

As problemáticas do estudo da História demonstram peculiaridades em comparação a outras Ciências. A relação temporal com que os fatos ocorrem também, a chamada História do Tempo Presente recebeu algumas críticas com relação a suas particularidades.

Para entender o porquê da História do Tempo Presente ter se tornado um problema, é necessário levar em consideração o contexto no qual uma lógica que tange a definição de História, no século XIX, quando a mesma passou a sofrer um processo na qual fosse institucionalizada em contraponto a determinados grupos que exerciam seu “monopólio”, como explicita a historiadora, Marieta de Moraes Ferreira: “Essa definição, fundada sobre uma ruptura entre o passado e presente, atribuía à história a interpretação do passado e sustentava que só indivíduos possuidores de uma formação especializada poderiam exercer essa tarefa.” (FERREIRA, 2002, p. 314.315).

É num quadro de afirmação do historiador que a distância do seu objeto de estudo toma corpo, rejeitando a proximidade como um problema que pode ser abordado de maneira histórica, como cita, Marieta de Moraes Ferreira:

A afirmação da história como uma disciplina que possuía um método de estudos de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifração de documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distancia em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma distancia critica. Se se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. (FERREIRA, 2002, 315)

A grande virada no que diz respeito a tornar a história recente um campo de estudo que fosse tangível aos métodos historiográficos dá-se através da corrente chamada *Nova História*, que ganha força na França durante o século XX; segundo Marieta de Moraes Ferreira:

A fundação na França da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, iria dar impulso a um profundo

movimento de transformação no campo da história, uma nova geração de historiadores, conhecida como *École Pratique des Hautes Études*, passou a questionar a hegemonia da História Política, imputando-lhe um número infindável de defeitos-era uma história elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva, psicologizante. Em contrapartida esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado. (FERREIRA, 2002, p.318)

A sua maior divulgação remete a criação do *Institut d'histoire Du temps présent* (IHTP), e surge a partir da necessidade da compreensão e análises dos debates a respeito da Segunda Guerra Mundial e sua percepção na Europa, bem como em outras partes do mundo. A historiadora Márcia Motta destaca:

A história do tempo presente é sem dúvida o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória. Ela adquiriu notoriedade e foi se tornando mundialmente conhecida a partir de 1978, quando foi criado na França o *Institut d'histoire Du temps présent*(IHTP), fundado e dirigido até 1990 por François Béderida, um dos mais importantes estudiosos do nazismo e da resistência francesa. Até sua morte, este autor Francês esteve a frente do instituto, conferindo-lhe aos poucos status de *locus* privilegiado dos estudos voltados para o tempo presente francês. Segundo os informes do próprio instituto, sua história se escreve dentro de um duplo contexto: em primeiro lugar, a anamnese coletiva que viu despertar de uma memória européia e internacional da Segunda Guerra Mundial e de suas seqüelas e, em segundo, o surgimento de uma nova historiografia contemporânea, “entendida em seu sentido etimológico, que ganhou plena legitimidade no campo científico. (MOTTA, 2012, p.30)

Desse modo, a História do Tempo Presente surge da necessidade de explicações de questões mais próximas do tempo corrente. Essa proximidade levantava desconfiança entre os pesquisadores em virtude dessa tentativa de estudar a história do seu próprio tempo.

Eric Hobsbawm, em sua vasta produção sobre a escrita da História, nos fornece uma série de apontamentos a respeito desse tema, abordando três problemas principais a esse respeito:

Vou considerar principalmente três problemas: o da época de nascimento do historiador ou, de forma mais geral, o problema das gerações; o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história progride; e o problema de como escapar dos pressupostos que a maioria de nós compartilha. (HOBSBAWM, 1995, p.103)

Nas três observações, Hobsbawm faz mais que alertas. Sinaliza para procedimentos que se não forem efetuados de maneira correta podem interferir no trabalho do historiador. Seguindo a linha de seu raciocínio, exemplifica como os três casos acima descritos podem fazer a diferença na concepção da leitura dos acontecimentos.

Em primeiro lugar, o conflito das gerações interfere em questões que dizem respeito a acontecimentos restritos a uma determinada geração. As diferentes gerações podem fazer leituras com significados e explicações diversas de determinado fato:

Mesmo que deixemos de lado esse quadro de referência da história contemporânea que é construído por nós e no qual encaixamos nossas próprias experiências de vida, elas são nossas. Cada historiador tem sua própria vida, um lugar privado a partir do qual inspeciona o mundo. (HOBSBAWM, 1995, p.104.)

Em suma, percebe-se a preocupação sobre a análise de um determinado historiador que progride, a partir do momento em que a história avança; a sua percepção muda de acordo com os novos desdobramentos de determinado fato:

E, para aqueles que querem escrever a história do século XX, uma das mais importantes reside no simples fato de saber, sem nenhum esforço especial, o quanto as coisas se modificaram. Os últimos trinta ou quarenta anos foram os mais revolucionários da história... As gerações que não viram como o mundo era antes têm dificuldades em perceber isso intuitivamente.

O início da compreensão histórica é uma valorização da alteridade do passado, e o maior pecado dos historiadores é o anacronismo. Portanto, temos uma vantagem, natural que compensa nossas inúmeras desvantagens. (HOBSBAWM, 1995, p.107)

Outro importante ponto a ser destacado por Hobsbawm diz respeito a “passagem dos anos do século sobre a perspectiva do historiador, seja qual for sua idade” (HOBSBAWM, 1995). Aqui encontramos um problema recorrente sobre o desenrolar dos fatos que marca uma determinada época. Assim sendo, é necessário que o historiador utilize o que ele chama de, sua derradeira arma do “a percepção posterior do evento” como um auxílio a sua interpretação histórica:

O que está em questão aqui não é simplesmente a capacidade de antever do historiador ou de qualquer outra pessoa. Valeria muito a pena discutir por que tão poucos eventos dramáticos da história do mundo nos últimos quarenta anos foram previstos ou mesmo esperados. (HOBSBAWM, 1995, p. 108)

Na sua observação sobre o período recente, Hobsbawm delega importância a questão dos *pressupostos que a maioria de nós compartilha*. Leva em consideração a própria vivência do historiador e os cuidados que deve ter com os *padrões gerais de nossas idéias sobre nosso tempo*, que acabam interferindo na observação dos acontecimentos. “Vivemos um século de guerras religiosas e isso nos afetou a todos, incluindo os historiadores. Não é só a retórica dos políticos que trata os eventos do século como uma luta entre bem e mal, cristo e anticristo” (HOBSBAWM, 1995, p. 110). Ao insistir que isso prejudica uma leitura de mundo mais abrangente, desloca o eixo desses padrões gerais para outros horizontes que permitiriam ao historiador um avanço nas investigações a respeito dos fatos:

Mais uma vez, estamos à mercê do tempo. Se agora pelo menos é possível abandonar o padrão de oposições binárias mutuamente exclusivas, ainda é bem obscuro quais alternativas concebíveis poderiam substituí-lo com eficácia. Mais uma vez, teremos de deixar que o século XXI tome suas próprias decisões. (HOBSBAWM, 1995, p. 111)

Para finalizar a abordagem das implicações a respeito da História do Tempo Presente, avanço um pouco mais no sentido de sua aplicabilidade sobre as Ditaduras na América Latina², na abordagem dos estudos de Enrique Serra Padrós, que nos permitem avançar ainda mais sobre o tema central deste trabalho.

Em sua obra, observamos pontos centrais da ajuda da História do Tempo Presente com relação aos processos de entendimento, mesmo que provisórios, de lacunas deixadas e que tem de ser preenchido pelas questões postas às sociedades que sofreram nas mãos dos regimes autoritários, nessa linha ele cita:

Em decorrência disso, essa primeira sistematização/ordenamento/esclarecimento inicial de informação realizado pelo historiador do presente, contribui, também, no posicionamento da sociedade diante de fatos que começam a se tornar mais compreensíveis, como no caso das primeiras exigências de Verdade e Justiça em relação aos regimes autoritários do Cone Sul. Essa é, logo, uma outra função vital da História do Tempo Presente. Aquela que possibilita que, com as suas primeiras interpretações dos

² Uma série de regimes autoritários partindo dos anos 60, que acometeram a América latina e nos países que compõem o chamado Cone Sul. Todas elas tem em comum a utilização da Doutrina de Segurança Nacional, forte alinhamento estratégico com os Estados Unidos da América, luta contra o Comunismo e também a utilização do Terror de Estado no que tange a criação de um inimigo interno, todos esses elementos e muitos outros tornam traumáticas em diversos campos essas experiências nesses países.

fatos, os setores sociais que se sentirem lesados durante experiências traumáticas, possam agir com certa agilidade e imediatismo na esfera da Justiça, sem esperar pesquisas que poderão demorar décadas em ser produzidas, se realmente só forem validadas como tal, aquelas que se apóiam na lógica dos documentos oficiais e no distanciamento cronológico entre os sujeitos que analisam e os fatos acontecidos. (PADRÓS, 2009, p.32/33).

Ao escrever sobre o Tempo Presente o historiador não deve se preocupar somente com uma possibilidade da explicação total de um determinado assunto. Deve levar em consideração o papel sobre o impulso que seu estudo possa levantar nas pesquisas a respeito de determinado tema; somente neste aspecto já será de grande contribuição à historiografia e para a sociedade. Um ponto importante na análise no que diz respeito ao “produto final” das pesquisas sobre o tempo recente é a subjetividade do historiador como se fosse problema somente relacionado ao tema da contemporaneidade. Esta questão atravessa qualquer época de estudo, das mais remotas as recentes, pois o historiador sempre deixa uma marca pessoal no seu trabalho. Essa subjetividade nunca fica ausente, como explicita Padrós:

Diante dos argumentos apresentados pode-se afirmar que a análise do Tempo Presente e, especificamente, quando aplicada à experiência das Ditaduras de Segurança Nacional, coloca o desafio de entender que há contemporaneidade do autor com seu objeto de estudo e que, independente de ter consciência disso, ele está imerso tanto naquele contexto analisado (quando efetivamente ocorreram os fatos em questão), quanto no cenário sobre o qual se projetaram seus desdobramentos posteriores. (PADRÓS, 2009, p.35).

Entender as particularidades dos regimes autoritários na América Latina é ainda traçar um estudo do que nos toca e de lacunas da nossa história. Essa tarefa árdua é concebível através da utilização teórica e metodológica certa para o entendimento e preenchimentos destes lapsos, neste aspecto Padrós amplia o sentido:

Nesse sentido, o Tempo Presente é cenário privilegiado para esse tipo de embate. No caso do Cone Sul, esse cenário está marcado e remarcado pela experiência vivida e sofrida das Ditaduras de Segurança Nacional e por um presente onde inúmeras questões vinculadas àquela dinâmica, não deixam de se manifestar... A procura de tantas respostas e a superação dos entraves que persistem no tempo exigirão atenta e contínua atuação do historiador do presente e das suas ferramentas analíticas e metodológicas. (PADRÓS, 2009. P. 43/44)

Para concluir, é importante destacar o papel que as discussões tiveram no desenvolvimento da História do Tempo Presente, e seu impacto significativo nos

desdobramentos e levantamentos de novas questões problemáticas “esquecidas”. Esses estudos, não só a nível Nacional como em nível local, ajudam nos avanços sobre a política, economia, cultura e sociedade. Mesmo que esses avanços sejam apenas pontos de partida de novos estudos já contribuem para o preenchimento de lacunas existentes.

No caso maranhense, é importante ressaltar o estudo do tempo presente para fornecer a sociedade elementos de entendimento das dinâmicas ocorridas em nosso próprio estado. Em virtude de uma forte e histórica produção do eixo Sul-Sudeste, estudos que demonstrem os fatos ocorridos em outros estados da federação podem ajudar no entendimento de maneira mais global. Desmistificar posicionamentos e senso comum de um período recente que ainda tem lacunas é ponto central da produção da história recente no Maranhão. Em que sentido se deu a transição no Maranhão? A população apoiava as medidas econômicas que foram implementadas? E a política local, como reagia a cada ato do executivo federal? Quais as ligações das forças políticas maranhenses com os acontecimentos no plano federal? O que representou a Constituinte para o Maranhão? Qual a visão da mudança do regime? Todos esses elementos reforçam o papel do trabalho, que mesmo tendo na imprensa seu foco principal, não deixa de tocar em questões relevantes para a sociedade.

1.2. Antonio Gramsci: conceitos e universalidade

Entender o universo não só teórico mais também metodológico de Antonio Gramsci é uma tarefa árdua. É inegável que sua obra tenha uma importância e um legado ao mundo ocidental, tanto que o conceito de Hegemonia ganha força e utilização nunca antes vista através de suas teorizações. Também é verdade que se sua obra passa a ser mais conhecida com os *Cadernos do Cárcere*. Suas teses não se restringem somente a estes escritos, há uma farta contribuição antes dos *Cadernos*.

Muito embora essa busca e respeito a sua obra, ainda há muito por fazer, deve-se negar qualquer explicação que tente ser fácil de conceitos presentes nos seus escritos. Entre outras características, insere-se também o fato dos *Cadernos* serem escritos enquanto o autor estava preso sob regime Fascista Italiano.

A divulgação de sua obra fora da Itália é encontrada principalmente na abordagem pioneira da revista *New Left Review* (NLR), como explicita Perry Anderson:

Com efeito, a *New Left Review* (NLR) foi a primeira revista socialista na Inglaterra- possivelmente a primeira em qualquer lugar fora da Itália – a utilizar deliberadamente e de forma sistemática a doutrina teórica de Gramsci para analisar a sua própria sociedade para debater a estratégia política capaz de transformá-la. (ANDERSON, 2002, p. 17)

No Brasil, as obras de Antonio Gramsci circulam pela primeira vez num período conturbado da nossa história política, o que dificultou até mesmo o alcance de seus escritos, como aponta Carlos Nelson Coutinho:

Entre 1966 e 1968, no período em que as contradições internas ao regime ditatorial brasileiro instaurado em 1964 ainda permitiam uma relativa margem de liberdade no campo cultural, verificou-se uma corajosa iniciativa editorial: em apenas três anos foram publicadas no Brasil cinco das mais importantes obras de Antonio Gramsci, até então inédito em língua portuguesa. O leitor brasileiro tinha assim à sua disposição um corpo de escritos gramscianos que, por sua amplitude, não era tão acessível nem mesmo ao leitor de língua francesa, inglesa ou alemã. (COUTINHO, 1989, p.19)

Muito embora a ditadura e seu arcabouço repressivo em todos os aspectos tenham dificultado o acesso e discussão da obra de Gramsci no país, outros fatores de ordem interna também são elencados para que seus escritos tenham pouco espaço em nosso país. Um ponto importante a ser destacado é o fato de a esquerda brasileira estar alinhada a corrente chamada “Marxismo da Terceira Internacional”, como explica Carlos Nelson Coutinho:

Uma outra razão, pelo menos igualmente importante, deve ser apontada na própria cultura então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda, que eram fortemente influenciados por modelos interpretativos do que passou a ser convencionalmente chamado de “marxismo da Terceira Internacional”, ou, mais sinteticamente, “Marxismo-leninismo”.(COUTINHO, 1989, p, 19)

Embora todas essas dificuldades tenham feito com que sua obra fosse pouco conhecida, hoje, seu legado teórico é bem difundido em diversas áreas. Veremos nas próximas linhas alguns de seus conceitos e teorizações que norteiam o aporte teórico deste trabalho.

Na sua oposição a “via Russa de Revolução” como única e viável ao resto do mundo, Gramsci aponta uma nova alternativa para os países do Ocidente. Leva em consideração as relações entre o Estado e Sociedade Civil, ao apontar as diferenças nas

estruturas presentes dentro do Estado. Importante ressaltar que nas análises, Gramsci aponta a existência de dois modelos de sociedade, um de caráter oriental e outra de caráter ocidental, para explicitar melhor a validade de sua teoria. Segundo Anderson:

No Leste, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia uma relação apropriada entre o estado e a sociedade civil e, quando o estado tremia, uma firme estrutura da sociedade civil era então revelada. O Estado não era mais que uma trincheira avançada atrás da qual havia um poderoso sistema de fortalezas e casamatas mais ou menos numerosas de um Estado para outro, é evidente, mas é isto que exatamente exigia um acurado conhecimento de cada país. (ANDERSON, 2002, p. 17)

Essa importante colocação é imprescindível para o avanço das relações entre o Estado e a sociedade. Um de seus principais estudos é quanto à “Teoria Ampliada do Estado”, que comportaria duas frações distintas que são colocadas como “Sociedade Civil” e “Sociedade Política”. Essa divisão define quais os limites e ações de cada setor dentro da ampliação do Estado, Carlos Nelson Coutinho sinaliza para o que seriam esses dois conceitos:

Portanto o Estado em sentido amplo “com novas determinações” comporta duas esferas principais: a *sociedade política* (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção e controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc. (COUTINHO, 1989, p. 77).

Essa contribuição permitiu não só o seu entendimento do fracasso da Revolução nos países ocidentais, como também originou as suas principais teorizações a respeito das dinâmicas nas sociedades ocidentais e orientais. Esse entendimento, fez com que o autor contribuísse de maneira significativa para o avanço do marxismo.

Embora o conceito de Estado Ampliado esteja bastante difundido, é preciso ressaltar que não se restringe a simples divisão e atuação tanto da Sociedade civil como da Sociedade Política, segundo o próprio Gramsci:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento esta expansão universal são

concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios estáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses dos grupos dominantes prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2014, v.3, p.42)

Aprofundando ainda mais sobre o conceito de Estado Ampliado, Sonia Regina de Mendonça elenca que não se pode cair num reducionismo. É preciso notar que a intensa produção a respeito da “sociedade civil” e dentro dela, dos aparelhos privados de hegemonia, deslocam o eixo do pensamento do autor para a análise desses aparelhos, onde ocorre a disputa pelo consenso, como cita Mendonça:

Neste sentido é essencial sinalizar que, no pensamento gramsciano, no Estado capitalista ocidental de seu tempo, a principal função desses aparelhos de hegemonia seria construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. (MENDONÇA, 2014, p.35).

O conceito de Hegemonia é entendido em Gramsci no seio da disputa dentro dos aparelhos privados de Hegemonia, portanto dentro da sociedade civil. As primeiras formulações desse conceito derivam da observação na diferença entre os Estados no Ocidente e Oriente, partindo para uma análise alternativa de conquista. Nesse sentido, ao observar a maneira de organização da sociedade civil, a conquista da hegemonia é tida como elemento principal para a tomada do Estado, como cita Coutinho:

Essa idéia da conquista da hegemonia por uma classe implicar sua transformação em classe nacional – ou seja, de que só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detém o consenso da maioria da população trabalhadora – é a grande aquisição teórica dos últimos anos de Gramsci em liberdade. (COUTINHO, 1989, p. 39).

Dentro da sociedade civil, os aparelhos privados de hegemonia, assumem uma importância na obra do autor sardo. Estes aparelhos (Igreja, escolas, imprensa etc.), lutam dentro da sociedade civil pela disputa da hegemonia, ou seja, nela os projetos são elaborados para garantir o consenso necessário dentro da sociedade em torno de um projeto, como pontua Mendonça:

Em suma, para o pensador italiano, que tanto inovou o campo do marxismo com sua singular definição de Estado ampliado – ou Integral –, a marca peculiar ao Estado capitalista, desde sua época, reside no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso –consentimento – obtido, segundo ele, através da ação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, assim como através da ação do próprio Estado restrito, que promove e generaliza o projeto da fração de classe hegemônica em certo contexto historicamente dado (...) Nesse sentido, a transformação social e do Estado nas sociedades capitalistas ocidentais só pode ser obtida, para Gramsci, a partir da multiplicação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil – ou seja, das visões de mundo/projetos (ou vontades coletivas organizadas) – que disputam entre si, todo o tempo, a manutenção de um projeto hegemônico ou a imposição de um contra- hegemônico, em busca da hegemonia. (MENDONÇA, 2014, p.37/38).

A universalidade da teoria de Gramsci reside na superação do método revolucionário russo. A distinção entre o mundo ocidentalizado e o oriental é de fundamental importância para a mudança de postura na tentativa de conquista do Estado. Embora a ampliação do Estado em esferas civil e política, a descoberta e teorização dos aparelhos privados de hegemonia e da disputa nos projetos hegemônicos e contra-hegemônicos dentro da sociedade civil. Configuram-se também como crucial na exemplificação do modelo de conquistas no mundo ocidentalizado, através das lutas pela hegemonia e contra-hegemonia, coloca-se assim o Estado enquanto junção de Consenso e Coerção.

Portanto, esta pesquisa justifica-se pela ausência de trabalhos que abordem a imprensa quanto ao seu papel durante a fase de Transição do regime militar para o democrático, abordando questões locais. Importante ressaltar a análise dos impressos para identificar os posicionamentos, contrários ou não, aos projetos do período e sob a ótica de Aparelhos Privados de Hegemonia, dentro da Sociedade Civil, palco das lutas pela hegemonia e de busca do consenso.

CAPÍTULO 2 – GOLPE DE ESTADO, DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA E O LONGO RETORNO A DEMOCRACIA

2.1 Crises na República, Golpe de Estado e aspectos da Ditadura

A história recente da República Brasileira é complexa, não somente em virtude dos fatos ocorridos, que são variados. É preciso identificar as correntes historiográficas e seus posicionamentos no decorrer do processo de construção sobre o período. Na tentativa de análise desse recorte temporal, várias correntes da historiografia trabalharam em óticas diferentes os diversos temas. Tal fato, ao mesmo tempo em que auxilia a leitura por diversas formas de pensar, acaba por favorecer o aparecimento de trabalhos que não levam em consideração a pesquisa histórica.

Na década de 60, a América Latina foi palco de diversos movimentos de frações de classes com participação dos militares dos respectivos países e que sucederam várias ditaduras, implantadas num contexto de efervescência no jogo político latino americano, acabaram por transformar as relações dentro desses países em todos os sentidos possíveis.

No Brasil não foi diferente, a Ditadura Empresarial Militar Brasileira³, implantada a partir do Golpe de 1964 foi ponto de partida de infinitas arbitrariedades, pouca participação social e tantos outros problemas que ainda permeiam nossa sociedade.

O Golpe de 1964 marcou profundamente a história política brasileira. Episódios anteriores também abalaram a frágil composição de forças que regiam o país. Entre os principais episódios, destacarei três, que, pela importância, sempre figuram nas tentativas golpistas antes de 1964, para demonstrar a composição de forças e a disputa pela direção do Estado, com isso demonstrar o posicionamento dos diversos segmentos presentes nas crises da República.

³ Em sua obra, *“1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”*, René Dreifuss analisa a participação dos civis, sendo estes pertencentes ao bloco ligado ao capital multinacional e associado, tanto na conjuntura da deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de cargos-chaves no Governo Militar. Mesmo com uso da denominação de “civis”, Dreifuss deixa bem claro que estes eram ligados a setores empresariais e estavam de acordo com os projetos elencados por esse seguimento. Uma parte significativa de pesquisadores, num cunho revisionista tenta utilizar o termo civil para caracterizar uma participação ativa de vários atores da sociedade dentro dessa classe. Para uma leitura mais aprofundada sobre a discussão do termo, ver Demian Bezerra de Melo: O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELLO, D. B. *A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

Como cita o historiador Jorge Ferreira, havia nessa época dois projetos encabeçados por dois partidos que vão, entre os anos de 1945 até os anos de 1964, disputar o controle do Estado:

Assim, embora mais de uma dezena de partidos procurassem representar interesses diversificados, dois grandes projetos passaram a disputar a preferência do eleitorado. Um deles, chamado inicialmente, ainda em 1945, de *getulismo*, ganharia, pouco depois, o escopo de um programa político consistente, nomeado de *trabalhismo* e institucionalizado no PTB. Nacionalismo, industrialização com base em bens de capital, propostas de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social – a exemplo de leis sociais, restaurantes populares, extensão do ensino fundamental público, fundação de grandes hospitais etc. (FERREIRA, 2003. p.303/304)

O outro está relacionado aos setores empresariais, militares, políticos e classes médias conservadoras, como explicita Jorge Ferreira:

Defendendo a abertura irrestrita a investimentos, empresas e capitais estrangeiros, ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal na economia e nas relações de trabalho; espelhando-se nos Estados Unidos e procurando alinhar-se incondicionalmente ao grande país do norte; desconfiando dos movimentos sociais e da participação popular, em especial o operário e do sindicalismo, definidos, via de regra, como “peleguismo”; enfatizando, no dizer de Maria Victória Benevides (1981), o antigetulismo, o moralismo, o elitismo e o anticomunismo, eis alguns fundamentos do projeto defendido pelos liberais ainda em 1945. (FERREIRA, 2003, p.304)

É necessário identificar esses atores, que ao longo dos anos estiveram presentes nos três episódios marcantes, antes do fatídico golpe de 1964. Os três eventos referem-se a crise de agosto de 1954, Golpe preventivo de 1955 e a Campanha da Legalidade em 1961.

Eleito em 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Getúlio Vargas enfrentava não somente uma crise econômica, como também uma crise política; a União Democrática Nacional (UDN), representando o projeto liberal-conservador, simplesmente não aceitava a figura de Getúlio na presidência. Tendo bastante espaço na mídia, a UDN encampou uma batalha para desestabilizar o governo de Vargas. Um episódio que deflagrou ainda mais a crise foi o atentado da rua Toneleros, em que um chefe da segurança do Presidente cometeu um atentado contra Carlos Lacerda, figura política conhecida e importante da UDN, matando seu guarda-costas. Foi o estopim da crise, como aponta Jorge Ferreira, “Após o atentado da rua toneleros, as elites conservadoras não mais esperariam a realização das eleições presidenciais. Nos jornais, Gerais, Brigadeiros e Almirantes eram incitados a

derrubarem Vargas da presidência da república.”(FERREIRA, , 2003, p.308). Em virtude da crise, Getúlio, um homem político, cometeu suicídio e marcaria definitivamente o período. Com a notícia de seu suicídio milhares de pessoas tomaram as ruas da capital federal, e de outros estados, se colocaram contra os que atacavam Getulio, como explicita Jorge Ferreira

Portanto, se o suicídio paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade e, sobretudo, a legitimidade política para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política. (FERREIRA, 2003, p.315).

Essa mobilização e falta de ação dos golpistas, enterrava qualquer que fosse a possibilidade de efetivação do golpe, a morte de Getúlio e as manifestações da população frearam o golpe.

Em 1955, as eleições a Presidência da República foram marcadas por disputas políticas que tinham como atores centrais os partidos, União Democrática Nacional (UDN), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB) formaram a chapa para disputar os cargos de Presidente e Vice, não agradando aos setores conservadores. Críticas vindas da UDN viam em JK, uma figura Getulista; sobre Jango, as ressalvas vinham dos setores das Forças Armadas, pois este fôra o Ministro do Trabalho no governo Vargas.

Antes mesmo das eleições, como pontua Jorge Ferreira, encontramos elementos que identificamos como intenções golpistas:

Para os grupos mais conservadores, no entanto, as eleições teriam de ser suspensas. Carlos Lacerda, líder da extrema-direita e da ala golpista da UDN, questionava as razões que levavam os chefes militares a permitirem a realização das próximas eleições presidenciais, sobretudo porque o eleito seria produto da “fraude”, da “demagogia” e de “práticas sujas”. Era preciso, no momento, um “regime de emergência” e muitos, alegava, já “compreenderam a necessidade do contragolpe para criar condições do estabelecimento da democracia no Brasil (FERREIRA, 2003, p.316)

É importante salientar que nem todos os setores da sociedade se colocaram ao lado dos que intentavam o Golpe. Vários setores contrários manifestaram-se por demonstrar interesse em manter a legalidade e o processo eleitoral. Mesmo com toda a campanha para interrupção das eleições, elas ocorreram e a chapa PTB-PSD saiu vencedora. Vale ressaltar que as eleições nesse período ocorriam de maneira separada tanto para Presidência da República quanto para Vice-Presidência. Diante da vitória, os setores conservadores, sobretudo a UDN, encabeçaram uma nova campanha, contrários à posse dos eleitos.

Importante destacar o papel da Forças Armadas nesse episódio. Com uma participação efetiva, defenderam a legalidade institucional e a posse dos eleitos. Contudo, uma ala da UDN continuava a tentar o Golpe. Nesse momento, destaca-se a figura do General Henrique Teixeira Lott, juntamente com outros militares, com uma posição em defesa da Legalidade democrática, figura de grande prestígio no círculo militar, teve um papel decisivo na resolução do impasse. O episódio conhecido como “Novembrada”, foi um movimento militar, em defesa da Constituição, na verdade um contragolpe, como explicita Jorge Ferreira

Não se tratava propriamente de uma rebelião, disse Denys, mas sim do que os comandantes definiram como um contragolpe em defesa da constituição. Escolheram, inclusive, o nome para qualificar a reação militar: movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes (FERREIRA, 2003, p.323).

Embora o contragolpe fosse estritamente militar, é necessário ressaltar que se buscou por parte dos militares uma saída legal para o contragolpe, como explicita Ferreira:

Mas o ministro da guerra não queria uma solução estritamente militar para a crise. Por telefone, convocou o vice-presidente do senado, Nereu Ramos, e o líder da maioria na Câmara, Jose Maria Alkmin. No ministério da Guerra, os três juntos a outros generais, procuraram dar uma saída legal ao movimento, com a indicação de um outro civil a Presidência. Lott insistia que o único desejo do exercito era o de preservar a legalidade e o regime Democrático. Assim em solução negociada entre o PSD e os militares, a câmara dos deputados, em sessão extraordinária, elegeu, com o apoio do PTB, Nereu Ramos para a Presidência da República, mas com votos contrários da UDN. (FERREIRA, 2003, p.323)

É necessário pontuar, que o Governo de JK, não somente alavancou certo tipo de desenvolvimentismo, com a entrada do capital internacional, como também transformou a realidade brasileira. Outro ponto importante, é a herança de seu governo, se os “50 anos em 5” promoveu desenvolvimento, também deixou uma forte crise econômica que desencadeou reações nos dois governos seguintes. Como pontua André Villela, “em síntese, JK de fato entregou a seus sucessores uma economia maior e mais desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, deixou-lhes um “presente de grego”, sob a forma de piora de alguns dos principais indicadores macroeconômicos internos e externos” (VILLELA, 2005, p.49).

Mesmo com a defesa da legalidade e que a Constituição vigente tenha vencido, as rivalidades e atores sociais presentes na disputa se enfrentariam novamente. A última crise antes de 1964, tem como estopim a renúncia do então presidente Janio Quadros. Eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) com forte apoio da UDN e contrário a coligação PTB-PSD, esta ultima elegeu o vice-presidente, João Goulart. Em virtude da crise econômica

herdada do projeto desenvolvido por JK e também pela falta de apoio no Congresso, Jânio renuncia, como explicita Andre Villela:

O mérito da estratégia econômica de Quadros, entretanto, jamais poderá ser avaliado: sem base parlamentar de sustentação, em um congresso dominado pelo PTB e PSD, Janio renunciou a seu mandato em 25 de agosto de 1961- num dos gestos mais dramáticos (e enigmáticos) da História do país, pelos efeitos políticos imediatos e de prazo mais longo. (VILLELA, 2005, p.60)

Jânio Quadros anuncia a sua renúncia, sendo que o vice, João Goulart, estava em viagem oficial pela China Comunista. Os olhares se voltam para João Goulart. Vice-Presidente eleito, ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, foi impedido de tomar posse. Como estava em viagem oficial, coube a figura de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, a defesa de seu mandato. Leonel Brizola promoveu através do seu estado o que ficaria conhecida como “Cadeia da Legalidade”, como pontua Ferreira:

A cadeia da legalidade foi de fundamental importância para o movimento. Ao difundir mensagens de diversas entidades política e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco a censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariando a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente. (FERREIRA, 2003, p.328)

Tendo em vista que o movimento alastrou-se por vários estados brasileiros, outros setores começaram a se posicionar a favor da posse de Jango, o impasse só foi resolvido com a implantação do Parlamentarismo, ou seja, Jango governaria com um Primeiro Ministro. Embora Leonel Brizola tenha o advertido, essa foi a solução de compromisso encontrada para encerrar a tentativa de Golpe. Assim sendo, Jango governaria com poderes limitados.

Ao analisarmos as crises anteriores, podemos observar que vários dos representantes dos projetos estiveram presentes nas tentativas golpistas, o que nos faz refletir sobre o golpe de 1964, seria ele um produto das crises anteriores?

É inegável o fato da instabilidade política no país no período. Porém, não se pode cair no fatalismo. O golpe de 1964 está inserido nas mudanças do capitalismo e suas resultantes no Brasil, os dois projetos que disputavam o poder. Para preencher algumas lacunas, a obra de René Armand Dreifuss, **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**, publicada no Brasil em 1981, sinaliza para a mudança significativa na organização feita por frações da classe dominante, em destaque a classe empresarial, representada, sobretudo, por seu elo com o capital multinacional e associados, setores

políticos partidários da direita, militares que compunham uma ligação com as frações anteriores. O autor aborda a massiva desestabilização contra o governo João Goulart, promovida pelo complexo IPES/IBAD⁴. Partindo das análises de Antonio Gramsci, visualiza nesses aparelhos a formação de projetos, cujas bases lançadas nesses dois organismos serviram não somente como incubadora dos projetos referentes a reconfiguração do Estado, em virtude dos interesses da fração de classe golpista. Os principais agentes dessas instituições, logo após o Golpe, atuaram fortemente no primeiro escalão do governo Castelo Branco.

Dreifuss destaca que parte importante dos civis era composta por empresários ligados aos setores bancário e industrial, como ressalta o autor:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamados mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários. (DREIFUSS, 1981, p.417).

O autor faz essa análise com base na farta documentação oriunda do IPES e do IBAD, verificando que logo após o êxito do golpe, vários dos principais “tecno-empresários” ocupam cargos chaves na formulação de novas diretrizes que levam ao favorecimento das classes participantes do golpe.

Outro importante debate com relação ao Golpe, foi feito por Demian Mello, em sua obra **A Miséria da Historiografia**. Ao criticar uma linha da historiografia, que ele cita como “Revisionista”, o autor faz duras críticas a alguns pontos de trabalhos referentes a essa linha. Ao iniciar a discussão a respeito da vertente da historiografia que trata do golpe como uma junção de elementos que corroboram a tese que a “esquerda brasileira teve uma culpabilidade”, “participação efetiva de grande parte da sociedade civil”, faz-se necessário destacar a análise de um conceito importante na discussão da produção sobre determinado tema, do historiador Josep Fontana, o autor Demian Melo problematiza a expressão, “Guerras na história”, e faz um apanhado sobre os pormenores da construção nas interpretações do passado. Ao problematizar o conceito de Fontana, Demian atenta para o fato de que, como ele cita: “Assim sendo, isso que comumente é apresentado como “batalha pela memória” ou “disputa em torno do passado”, é algo bem menos ingênuo do que

⁴ O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o IBAD, Instituto Brasileiro da Ação Democrática; constituem um complexo responsável pela campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Com a imposição do Regime, alguns de seus principais participantes ocuparam cargos chaves no governo. Cf. DREIFUSS, op. Cit.

costuma figurar, envolvendo embates das forças sociais sobre o presente/futuro” (MELLO, 2014, p.17/18). Veremos algumas das críticas mais contundentes a essa vertente historiográfica, que acha na mídia corporativista um espaço enorme para difundir seus trabalhos.

O primeiro elemento a ser destacado pelo autor é a utilização do termo “Empresarial Militar”, que deriva da disputa por aquilo que Demian Melo chama de “Guerras na história”, para demonstrar algumas concepções históricas acerca do golpe, que levantam questões no mínimo suspeitas, refiro-me ao conceito “Civil-Militar”. Embora tenha sido usado e difundido por René Dreifuss⁵, este deixa bem claro qual a fração da classe ele estava se referindo. Porém, alguns autores, acabaram forjando um apoio da sociedade brasileira ao golpe, segundo Demian:

Entretanto, em vez de o termo “civil” se ligar a participação de fortes interesses classistas tanto na articulação golpista quanto no caráter do regime ditatorial, parte da historiografia vem defendendo a mistificação calcada na idéia de algo como uma cumplicidade da “sociedade brasileira” com a ditadura, como se fosse possível a existência de tal “sociedade”, como algo coisificado e homogêneo. Essa reificação da sociedade, capaz de “assumir responsabilidades” ou “esquecer” (talvez, até, “arrependida”, colocar-se “e frente ao espelho”), nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por “exigência do povo brasileiro”(MELLO, 2014, p.168)

Essa utilização estaria calcada, segundo autores como Daniel Aarão, em dois argumentos, o primeiro seriam as “marchas da família com deus pela liberdade”, o segundo, as “votações expressivas no partido de apoio a ditadura, Aliança Renovadora Nacional (ARENA)”. Demian aborda cada um desses elementos para demonstrar a fragilidade das questões. Quanto à primeira afirmação, Demian destaca a alta popularidade do então presidente João Goulart e seu programa centrado nas reformas, como explicita o autor:

Todavia, muitos não têm levado em conta, por exemplo, as informações de pesquisa de opinião pública levantadas pelo Ibope em varias capitais entre fevereiro e março de 1964, que ficaram desconhecidas naquele contexto, mas foram reveladas em 1989 pelo cientista político Antonio Lavareda. Consta-se nesses dados uma enorme popularidade do governo Goulart e de suas propostas reformistas (...) (MELLO, 2014, p. 169)

Outro ponto questionado por Demian, diz respeito à grande votação do partido de sustentação da ditadura ARENA. Para criticar tal fato, o autor enfatiza os usos do próprio

⁵ No livro de Dreifuss, fica claro que grande parte dos “civis” a frente da mobilização e organização de derrubada de João Goulart e mudanças significativas no Estado, após o golpe de 1964, eram em sua grande maioria de empresários, ligados aos setores industrial e bancários.

regime, que foi imbatível na perseguição de seus opositores, e também ao fato de que: “parte não desprezível do regime pregou o voto nulo como forma de denunciar a farsa de ter de escolher entre o partido do “sim” (ARENA) e o do “sim senhor”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida. (MELLO, 2014, p. 170). Seria então, mais prudente utilizar o termo Empresarial Militar, em função do forte posicionamento dessa fração da classe dominante não somente no golpe, como também em todo o período posterior

Outro importante tema relacionado a ditadura diz respeito aos aparelhos repressivos, que tiveram grande uso dos que estavam no poder. O Historiador uruguaio, Enrique Serra Padrós, levanta essa questão em seus trabalhos, pesquisando sobre o peso da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e Terror de Estado (TED), o autor levanta as questões principais em que se balizavam as premissas da Doutrina de Segurança Nacional:

Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos nas áreas de ensino, bens de consumo da indústria cultural). (PADRÓS, 2007. P.45).

Ou seja, todas as características da Doutrina de Segurança Nacional inserem-se num contexto maior, sendo usada em vários países da América latina. O que não muda é sua forma abrupta; seus conceitos básicos geram uma sociedade repleta de medo, sem uma informação coerente e sem uma discussão de um projeto que seja realizado por todos.

Essa discussão também está presente na vasta produção do autor Carlos Fico que estuda a forma de organização, e também a utilização desse aparato repressivo. O autor foca seu trabalho principalmente na formação dos aparelhos de repressão utilizados pelos militares, balizados pela Doutrina de Segurança Nacional, oriundos da Escola Superior de Guerra, que acabaram por formar uma rede de órgãos, bem montada, no sentido de garantir que não houvesse principalmente uma resistência e qualquer foco possível de uma crítica a Ditadura. (FICO, 2013)

Se o golpe foi uma aliança entre o capital multinacional associado, na ditadura podemos observar algumas conseqüências dessas modificações no que tange a relação dos trabalhadores. Maria Helena Moreira Alves, em sua obra intitulada *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, ao fazer uma análise com base na teoria da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que norteia seu trabalho, explicita:

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento e o planejamento administrativo periódicos. (ALVES, 1985, p.35)

Maria Helena nos fornece um amplo estudo sobre a mudança promovida, sobretudo por esses agentes dos complexos IPES/IBAD, que modificaram as regras em favor do capital. Segundo a historiadora, um dos elementos que mais prejudicava os interesses dos empresários quando se tratava da classe trabalhadora, era a legislação trabalhista anterior a 1966. As mudanças promovidas na legislação permitiram não somente o aumento da rotatividade dos empregados, como também o achatamento salarial (ALVES, 1984, p. 96); outro ponto importante na discussão é a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como cita a autora:

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado em setembro de 1966, destinava-se a substituir as normas de estabilidade no emprego da anterior legislação trabalhista. O novo programa não reconhecia qualquer espécie de estabilidade, reduzindo grandemente os custos imediatos da demissão de trabalhadores. Os empregadores podiam agora demitir empregados com dez anos de casa sem justa causa e sem mediação de um tribunal especial. A especificação do tempo de serviço foi assim totalmente eliminada. Também se alterou significativamente o modo de pagamento das indenizações. Segundo o programa do FGTS, os empregadores devem depositar oito por cento do salário mensal do trabalhador em uma conta em seu nome. Tais depósitos constituem um fundo que substitui as obrigações de indenização do empregador. Ao ser demitido, o trabalhador recebe indenização de sua própria conta de FGTS. Elimina-se assim a necessidade de o empregador empatar grandes somas de uma vez, em caso de demissões ou fechamento de instalações. (ALVES, 1985, p. 98)

Essa mudança significativa evidencia o caráter empresarial da Ditadura, a fração da classe dominante empresarial, que muitas vezes é suprimida dos debates acerca do tema, teve participação importante nessas tomadas de decisão.

Embora tenhamos abordado alguns temas relativos à ditadura, é necessário pontuar que o Regime começou em 1964 e adquiriu uma face civil em 1985 com a vitória da chapa Tancredo-Sarney, teve nesses 21 anos tenebrosas perseguições e contradições internas.

Logo após o Golpe, os ditadores que se sucederam sempre mitigaram a repressão como uma de suas principais características. A classe trabalhadora suprimida de seus direitos e de suas condições de trabalho, como já citado anteriormente, teve ainda uma

amarga derrota na questão salarial. Outro ponto a ser destacado é com relação aos trabalhadores no campo, que foram violentamente reprimidos. Mesmo com leis que asseguravam lhes o direito a terra, no campo a ditadura foi tão violenta quanto na cidade. Até hoje a Reforma Agrária, uns dos itens das Reformas de Base de João Goulart, não saiu efetivamente do papel, fazendo com que milhões de trabalhadores fiquem desempregados ou sejam explorados no campo. As permanências da ditadura se dão em meio ao processo de mudança do regime ditatorial, engendrado a partir de 1974, com a posse de Ernesto Geisel (1975-1979), tem como pano de fundo um período onde várias forças se posicionaram a respeito do modelo de regime que sucederia o anterior. Os limites desse processo serão debatidos nas próximas linhas deste trabalho.

2.2 Uma transição longa e pactuada

Os longos 21 anos de Ditadura foram marcados pela mudança estrutural orquestrada principalmente pela fração da classe chamada de tecno-empresária. A partir do Governo Geisel, principalmente em virtude da turbulência econômica, não somente interna quanto externa, o regime começou a enfrentar diversas crises com relação ao seu modelo, que serão abordadas nas próximas linhas, para demonstrar o longo e pactuado caminho de retorno ao regime “democrático”.

Nas diversas discussões sobre o tema, é consensual que a partir do governo Geisel as mudanças na procura de um novo modelo de regime foram buscadas em virtude de problemas enfrentados pelos que estavam no poder.

Nesse sentido é importante salientar que o recente período tem uma periodização própria, chamada de “Transição”. No período do governo Geisel até a posse de Collor, podemos dividi-la também em três momentos distintos; um primeiro, ainda no governo Geisel, é apresentado como “Distensão”; no governo Figueiredo é chamada de “Abertura Política”; e no período que compreende a eleição da chapa Tancredo-Sarney e ao governo do último em virtude do falecimento de Tancredo Neves, é conhecida como “Transição” indo até a posse de Fernando Collor de Melo (1990-1991). Tal periodização, todavia, não invalida chamar o período todo de “Transição”, tendo em vista que se tratou de um longo projeto que visava chegar a um novo regime. A divisão proposta em Distensão, Abertura Política e Transição, tomando por base os governos dos últimos Presidentes militares do regime e do primeiro civil, ajuda no entendimento dos diversos fatos que ocorreram nos

diferentes momentos desse longo processo. Essa divisão se manifesta nas principais obras referentes ao tema.

Primeiro, falaremos dos acontecimentos que levaram a mudança por parte dos que estavam no poder em busca de outra maneira de conduzir o Estado. Um aspecto importante de análise sobre os fatos que mudaram a face do regime é observar as dinâmicas de mudança da economia mundial que interferiram no modelo de desenvolvimento durante a Ditadura. Roberto Santana Santos observa que um fator preponderante na condução nas mudanças começa principalmente no final do chamado “Milagre Econômico”, caracterizado como um modelo que viria a ter como um de seus desdobramentos uma extrema concentração de renda, como explicita o autor:

Essa política econômica se traduzia por meio de uma extrema concentração de renda e somente era possível ser aplicada a partir de um regime ditatorial que reprimisse de maneira violenta qualquer contestação a essa prática. Os 5% mais ricos do país em 1960 tinham 27,4% da renda total do país, e em 1970 já possuíam 36,3%. O investimento estrangeiro direto no mercado interno brasileiro levou a criação de um parque industrial de bens duráveis de propriedade estrangeira que se dirigia a um restrito mercado de classe alta e média no Brasil. O arrocho salarial era a base dessa produção por meio da superexploração do trabalhador, mas também limite dessa mesma produção, visto que esse trabalhador, devido as precárias condições de sobrevivência impostas pelo sistema, não se torna um consumidor. (SANTOS, 2014, p.53)

Todos esses desdobramentos tiveram um peso maior ainda no contexto de duas crises na economia mundial, os dois choques do petróleo e um forte déficit na conta do governo americano, forçando o pagamento dos empréstimos internacionais e também freando a concessão de novos pelos bancos internacionais, o que impactou significativamente o modelo de desenvolvimento nos governos militares, como aponta Santos:

O Brasil, na condição de país mais devedor do mercado internacional quando dos choques do petróleo e do rearranjo da economia capitalista no fim dos anos 1970, sofreria na década de 1980 com a cobrança das dívidas (na casa dos 70 bilhões de dólares) acompanhada de taxas de juros altíssimas. Os Estados Unidos apresentam um déficit público de 280 milhões de dólares, o qual deveria ser concertado com a exigência de pagamentos dos empréstimos aos países periféricos. Esse cenário inviabiliza a manutenção do modelo subimperialista e empurra o governo ditatorial á uma saída endógena. No entanto, a influência neoliberal no mercado internacional já era muito forte. O desenvolvimento induzido pelo Estado no Brasil se encontrava na contramão do ritmo global do capitalismo avançado. (SANTOS, 2014, p.54)

Por trás dessa reorganização, uma nova vertente na economia mundial, com a ascensão do neoliberalismo, que vinha em forte crítica ao keynismo, como pontua o autor:

As idéias centrais do keynismo, principalmente o Estado de bem-estar social, são destruídas pelo avanço das medidas neoliberais, que se tornaram hegemônicas graças aos sistemas de comunicação cada vez mais monopolizados. Assim assistimos nos países centrais à aplicação de programas de privatização de empresas estatais e sucateamento de serviços públicos, uma alta financeirização da economia, com destaque à especulação financeira, e a procura por mão de obra barata por parte das multinacionais. (SANTOS, 2014, p.55).

Os desdobramentos desses episódios contribuíram de forma sistemática para as mudanças profundas ocorridas no regime. Com a forte crise na economia, o modelo usado pelos militares, que servia de base para a ditadura num determinado momento, começava a ruir. Os ideólogos do Estado buscavam uma saída para tal situação. O certo é que a crise do sistema econômico foi um dos principais fatores da mudança de rumo do regime como pontua Santos:

A história da transição no Brasil é a história de como a classe dominante venceu a luta de classes em uma determinada conjuntura, ao não só se manter no poder enquanto falava de mudança, mas aprofundar a dependência e a superexploração do trabalho com o neoliberalismo e legitimar suas ações por meio da apropriação do que seria um regime “democrático”. (SANTOS, 2014, p. 57).

Para entender melhor os três momentos dessa fase, vamos analisar o que alguns autores destacam sobre os respectivos períodos, para poder melhor problematizar o que seria o resultado desse processo de reorganização de forças dentro da sociedade brasileira. Um dos principais trabalhos que toca no ponto tanto da Distensão quanto da Abertura é o de Maria Helena Moreira Alves, **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**.

Segundo Alves, podemos observar a tentativa de reorganização das forças para tentar viabilizar mudanças que não comprometessem os que estavam no poder. A partir desse período, os militares e as classes que tomaram o Estado tentaram mudanças com o intuito da manutenção, com apenas concessões para as outras classes que compunham a sociedade brasileira.

Nesse contexto, a análise do período da Distensão, o governo Ernesto Geisel é visto como o primeiro a começar a executar de fato mudanças dentro do regime. Maria Helena aponta qual a principal característica do que seria a distensão:

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação de novos mecanismos para a obtenção do apoio político e social. (ALVES, 1985, p. 185).

Essa significativa mudança no padrão do regime permite analisar em que seria calçado o projeto da distensão, que deveria buscar novos mecanismos para obtenção do consenso dentro da sociedade e garantir também uma maior flexibilidade em algumas instâncias para o restante da população. Visava-se, assim, uma flexibilização com restrições definidas pelos militares. O produto dessas reconfigurações seria um modelo de governo no qual outros atores, então fora dos debates, teriam um espaço controlado. Ao final do projeto, se chegaria a um modelo político denominado de “Democracia Forte”, como explicita Maria Helena:

O resultado final do sistema político a ser desenvolvido constituiria o que o presidente Geisel chamou de “Democracia relativa” ou “democracia forte”. Neste modelo de democracia relativa, o Estado disporia, pela constituição, de salvaguardas e poderes repressivos de emergência para suspender os direitos individuais e governar por decreto sempre que se manifestasse ameaça direta da contestação organizada. (ALVES, 1985, p.186)

É importante ressaltar que nesse momento a força que domina o projeto de distensão é, sobretudo, militar na busca por um regime que consiga manter a governabilidade sem enfrentar maiores problemas na condução do Estado.

Já no período de João Batista Figueiredo (1979-1985), último militar a presidir o Brasil na Ditadura, a “Abertura Política” ganha de fato uma feição de maior flexibilização. É nesse período que entidades da sociedade civil, tais como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), ganham mais espaços de atuação e exercem um papel no sentido de pressionar por maiores mudanças no regime, fazendo com que o interesse de vários segmentos da sociedade, outrora não levados em consideração, passem a dialogar com os que estão no poder. (ALVES, 1985, p. 225)

Neste período podemos observar episódios como o da Anistia, que sintetizou o que seria o projeto de abertura promovido pelos militares. Uma importante contribuição sobre o episódio é encontrada em Renato Lemos no artigo, **Anistia e crise política no Brasil pós-1964**, no qual o autor aborda os limites desta, buscando elementos de longa duração na República; elenca uma série de momentos em que a questão da anistia foi posta na ordem do

dia durante outros episódios. Evidente na sua obra a crítica ao “caráter contra-revolucionário da prática conciliatória das elites políticas brasileiras” e de “conciliação como forma de preservação dos interesses das classes dominantes”. Nesse ponto, a anistia, segundo o autor, seria resultado de uma negociação com setores da oposição, mas que teve iniciativa dos militares moderados do regime, como pontua Renato Lemos:

Integrou a agenda de microtransformações, buscadas desde 1973 por lideranças militares e civis do governo: ampliação de leque de opções partidárias, abrandamento da legislação repressiva etc. tratava-se de preparar a transição do regime, não necessariamente para outro qualitativamente diferente, mas para outra forma, que incorporasse novas forças políticas, sem descartar a tutela militar. Os limites das reformas foram dados, desde logo, pelo caráter estritamente burguês da direção do processo político. O sentido básico da transição foi preservar as condições de dominação transformadora. (LEMOS, 2002, p.293)

O resultado desta indica os movimentos feitos no projeto de “Abertura” na busca da preservação das condições de dominação existentes, com apenas concessões feitas para as classes antes sem espaço de participação.

Por fim, falaremos do momento posterior ao governo de Figueiredo, o governo de José Sarney (1985-1990), ex-membro da ARENA, partido de sustentação da ditadura numa chapa conjunta com Tancredo Neves. Em virtude da derrota da emenda Dante de Oliveira⁶ e do Movimento das “Diretas Já”, numa conjuntura de negociação da passagem do poder do executivo federal para as mãos de civis, tínhamos após 21 anos de Ditadura, um civil no poder; eleito indiretamente pelo Congresso, com uma forte negociação de diversos setores. Veremos nas próximas linhas algumas das principais questões referentes ao período.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, as forças políticas da “oposição” tentam um novo rearranjo para traçar as metas da passagem do poder para os civis. Nesse ínterim, como pontua Brasílio Sallum, é importante destacar os vários projetos que disputavam a sucessão, para interpretar tanto os que estavam do lado da situação como os que se encontravam na oposição:

As próprias divisões do partido governista (o PDS)⁷ em relação a questão sucessória conservam afinidades com as alternativas estratégicas que polarizavam os participantes do pacto desenvolvimentista em desagregação. Paulo Maluf opunha-se ao oficialismo com base numa retórica neoliberal, que dava cores modernas ao seu estilo patrimonialista

⁶ Foi uma proposta de Emenda Constitucional que visava a volta das eleições diretas para a Presidência da República, tendo em vista que essa era feita por um colégio eleitoral no congresso. A proposta foi rejeitada em 1984, frustrando grande parte da população que apoiava a ideia. Seu nome deriva do deputado federal que propôs a emenda, Dante de Oliveira.

⁷ Partido Democrático Social.

de gestão da coisa pública. Tinha o apoio de parte dos parlamentares do PDS e das elites regionais “pedessistas” fora do poder nos estados. Mario Andreazza, identificado com o desenvolvimentismo do período Médici, com o ministro Delfim Neto, com o presidente Figueiredo e as elites regionais “revolucionárias” que detinham o poder nos estados, prometia retomar o crescimento sem recusar a estratégia adotada pelo governo no enfrentamento da crise. Aureliano Chaves, vice-presidente da República, opunha-se à política de Delfim Neto e simpatizava com o desenvolvimentismo. Seu universo ideológico e político tinha afinidades com a Tecnoburocracia empresarial do Estado e vinculava-se, entre os militares, ao grupo que orbitava em torno do ex-presidente Ernesto Geisel. (SALLUM, 1996, p. 105/106)

Do lado da oposição, dois projetos se mostravam com força. O que se sagrou vencedor da disputa, tem no seu principal elemento um leque enorme de alianças com diversos partidos e representantes da sociedade:

No pólo oposicionista, a afinidade com a orientação desenvolvimentista era muito grande. Já se viu que com Ulisses Guimarães o desenvolvimentismo adquiria tonalidades nacionalistas e populares mais acentuadas do que o aceitável para a maioria do empresariado. Com Tancredo Neves, a orientação econômica mais conservadora, o tom se modera e, especialmente depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, subordinava-se ao tema dominante de sua campanha, a conciliação nacional. (SALLUM, 1996, p. 106).

A longa lista que formava a “Aliança Democrática”⁸ é a prova que o discurso da “Conciliação Nacional” tomava ares de um novo projeto que iria promover uma reorganização do Estado brasileiro, chamado de “Nova República” pelo próprio Tancredo, esse projeto estava balizado em vários aspectos já conhecidos da política nacional:

Socialmente, sua candidatura deitava raízes no grande empresariado, especificamente aquele que dependia das conexões para sobreviver; na Tecnoburocracia estatal; nas oligarquias regionais que sobreviviam à custa de recursos do tesouro; nos assalariados e na classe média profissional que apoiavam massivamente a campanha pelas eleições diretas e votava na oposição. (SALLUM, 1996, p. 107)

Essa conjuntura remonta a montagem do que conhecemos como “Nova República”. Ao mesmo tempo em que foi conservadora, tutelada, permitiu que novas forças sociais reclamassem mais espaços. O que de certo podemos observar, é que, apesar do processo ser tutelado, desde a “Distensão” e também a “Abertura”, ele não saiu exatamente como seus ideólogos planejaram.

⁸ Podemos identificar nessa aliança, diversos partidos como o PMDB, PDT, PTB, , a Frente Liberal, que fora criado por dissidentes do PDS.

Já no governo Sarney, após a morte de Tancredo em virtude de sua doença, a “Transição” segue com seu caráter tutelado e também com novas dinâmicas. A primeira problemática do período segue sobre a sucessão do vice. Sarney enfrenta resistência para assumir. Na verdade, essa resistência reside no fato dos compromissos assumidos pelo pacto da “Aliança Nacional”, proposta por Tancredo, uma mudança pelo vice levaria as mais rodadas de negociação e poderia levar a “Nova República” para outro rumo que não fosse o definido nas negociações anteriores.

Em linhas gerais o governo Sarney demonstrou o caráter do pacto proposto para o período. A remoção do entulho autoritário, as reformas constitucionais davam ares de maior liberdade política por parte do novo governo, como cita Sallum:

Essas e outras mudanças nas normas reguladoras da vida pública, acrescidas de certa tolerância dos poderes constituídos ao descumprimento da lei, criaram um arranjo político pelo qual os mais diversos segmentos sociais, mesmo as massas populares, puderam lutar por seus interesses com grande liberdade de organização e atuação. (SALLUM, 1996, p. 118)

Uma das principais questões referente ao período são as crises e os programas de combate a ela. Os planos propostos pelas diversas equipes econômicas do governo, teriam um peso ainda maior na questão política. Se cada um dos planos seguia determinadas linhas econômicas, de acordo com o período que elas se davam, na questão política, esses planos serviam de base política para a vitória do projeto da “Nova República”, como explicita Sallum:

É verdade que as políticas heterodoxas sempre foram justificadas em nome da iminência da desordem econômica. E assim foram entendidas pela maioria da população, bombardeada pela retórica governamental e dos meios aliados de comunicação de massa. Mas seu sentido básico foi o de impor ou ampliar – mesmo por meio da crença no seu caráter salvador – a autoridade política governamental tanto sobre os partidos e centros de poder existentes no interior do Estado como sobre a descosturada aliança desenvolvimentista. Por meio de medidas extraordinárias, de éditos autoritários, supostamente salvadores, calavam-se divergências e manifestavam-se os antigos pactantes, de forma a impor-lhes um novo pacto que resolvesse, de uma vez e numa determinada direção, a crise do Estado, raiz das dificuldades econômicas que se buscava superar. (SALLUM, 1996, p. 130/131).

Em última análise, é necessário colocar a Assembleia Nacional Constituinte como ponto central do período em questão. As movimentações em torno dos projetos presentes na ANC, favorecem um amplo debate das rupturas e continuidades. Nesse período, é importante salientar que a “mudança” do regime não se configurou efetivamente, e algumas permanências se mantêm ainda hoje da estrutura herdada da ditadura. No próximo capítulo,

retomaremos algumas ideias referentes ao período do governo Sarney, para analisar o posicionamento institucional dos jornais no Estado do Maranhão.

Capítulo 3 – O uso dos periódicos como fonte e o posicionamento institucional dos jornais a respeito da transição brasileira

3.1. A utilização dos Jornais como fonte de pesquisa

O uso dos jornais na pesquisa histórica está ligado a mudanças estruturais na concepção dos usos de determinadas fontes ao longo do tempo. Nas próximas linhas faremos a análise da utilização do jornal para problematizar melhor e localizar sua utilização na construção dos estudos do tempo recente.

Um trabalho importante que investiga e auxilia no uso do jornal é a obra **Fontes Históricas**, organizada pela historiadora Carla Pinsky. Nas suas primeiras indagações é importante ressaltar a escolha do historiador pela fonte a qual ele deseja desenvolver sua pesquisa:

Mas, afinal, qual o traço comum que permite chamar de fontes para o conhecimento histórico coisas tão díspares como uma estátua grega do século v a.C, uma máscara maia, uma carta do Marquês de Pombal, um concerto de Mozart, uma película cinematográfica, um artigo de jornal sobre os perigos do desmatamento, uma entrevista gravada de um trabalhador em greve, uma fotografia e uma telenovela? A resposta está no interesse do historiador em inquirir o que essas coisas revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem e na criação de uma narrativa explicativa sobre o resultado de suas análises. Por essa razão, denominamos de história uma série de acontecimentos e de historiografia a narração desses acontecimentos. (JANOTTI, 2005, p.10).

Na mesma obra, a historiadora Tania de Luca investiga a introdução dos jornais enquanto fonte e suas dinâmicas dentro do contexto de mudanças na abordagem da disciplina ao longo do tempo. Na década de 1970, podemos observar um pequeno número de trabalhos que abordam o jornal como fonte de pesquisa, em virtude das tradições dominantes, a ideia principal da escolha das fontes era uma busca pela verdade, a busca pelos fatos, isso levava a utilização de documentação oficial como fonte, para assim respaldar as referidas questões. Nessa linha, o jornal é tido como uma fonte secundária que seria usada principalmente como linha auxiliar na busca pelos fatos. (LUCA, 2005)

A realidade da utilização dos periódicos como fonte começa a mudar por conta de correntes importantes que adentram na discussão sobre sua utilização, o alargamento

dos campos de estudo na história, propiciam a utilização e problematização dos jornais com maior abrangência, não somente como fonte auxiliar, o jornal passa a assumir cada vez mais espaços nas pesquisas.

A *Escola dos Annales* configura um ponto de crítica à concepção de uma história baseada em verdade absoluta em face de utilização de documentos oficiais, embora esse movimento seja importante, ele não é preponderante para a utilização massiva do jornal. O movimento da Nova História e as renovações do marxismo permitem a quebra da ideia com relação às fontes e a concepção de história calçadas na utilização de alguns métodos e acabam por alargar as abordagens e utilização de novas fontes. Todas essas modificações acabam por ampliar o leque de opções do historiador, não somente com relação à documentação, métodos e abordagens de outras disciplinas propiciam a aproximação com o jornal. Dois outros elementos merecem destaque, como pontua Tania de Luca:

No cenário atual, dois outros pontos, relacionados e não coincidentes, merecem destaque: a história imediata, voltada para o tempo presente, seara até bem pouco exclusiva de jornalistas e sociólogos, e o que se consagrou como "retorno" da História política, nunca totalmente abandonada, mas vítima de significativo ostracismo durante grande parte do século xx. (LUCA, 2005, p.114)

Todos esses elementos permitiram um uso de fontes antes renegadas pelos historiadores, além de aumentar a abrangências de temas e opções de estudo. Embora isso aconteça, no Brasil, ainda vemos algumas pesquisas que abordavam o jornal com suspeição para a utilização como fonte. Dois trabalhos pioneiros que rompem com essa lógica e abordam uma nova metodologia são as dissertações das autoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, que abordam o jornal *O Estado de São Paulo*, como pontua Luca:

A partir da análise dos editoriais (1927-1937), as autoras evidenciaram a atuação do matutino como porta voz dos interesses de setores da classe dominante paulista e a maleabilidade do liberalismo abraçado pelos seus responsáveis, reformulado diante dos desafios impostos por circunstâncias sociopolíticas específicas: Crise de 1929; movimentos de 1930 e 1932; implantação do Estado Novo. (LUCA, 2005, p.118)

As autoras dão ênfase na “intervenção da vida social” que o jornal implica na sociedade e negam a opção de que se restrinja o jornal a um “mero veículo de informação”. (LUCA, 2005). Esses deslocamentos são essenciais para delimitar a

utilização dos jornais como uma fonte de muitas possibilidades, a questão da interação na vida social permeia maior visibilidade do período enquanto fonte.

Outro ponto de estudo da autora revela uma mudança de conteúdo que esse jornal passa, todas essas questões estão inseridas no contexto da maior lucratividade dos impressos, que demandava também mudanças em sua estrutura para a relação com seu público alvo, com cita Luca:

Contudo, a mudança de maior monta, e que de certa forma abarca as demais, residiu na forma de abordar a notícia, expressa no declínio da doutrinação em prol da informação. Consagrava-se a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a "verdade dos fatos". Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico e cultural. (LUCA, 2005, p.138)

Embora analisar o conteúdo seja de extrema importância, outro tema recorrente do estudo dos periódicos é quanto as suas ligações que demonstram o seu posicionamento frente a determinadas abordagens, pesquisar essas informações é de fundamental importância.

Para finalizar, abordaremos a questão dos impressos levando em consideração a teoria de Antonio Gramsci quanto a utilização de seu conceito de aparelho privado de hegemonia. A imprensa, vista nos conceitos do autor sardo, está inserida na Sociedade Civil, portanto fora do que conhecemos por Sociedade Política ou Estado Restrito, como já vimos no capítulo anterior. A importância da Sociedade Civil na obra de Gramsci é dada pelo fato de que nela ocorrem as disputas pela hegemonia. Para tanto é necessário ainda destacar o papel dos intelectuais para a produção e a naturalização desses projetos, centrais na discussão da obra, tem um papel importante no trato da imprensa. Gramsci aponta que um grupo social dominante tem de criar seus próprios intelectuais para entre outras coisas, garantir a expansão de sua própria classe, como ressalta em:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 2014, vol. 2, p. 15)

A atuação do intelectual é destacada dentro do Estado Ampliado, como sendo responsável pelo exercício da hegemonia que a classe dominante exerce, no Estado Ampliado atuam em relação ao consenso e na coerção, como cita Gramsci:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2014, vol.2, p. 21)

A colocação dos jornais enquanto Aparelhos Privados de Hegemonia demonstra a imprensa como ferramenta importante na formação do consenso e na conquista da hegemonia pela classe dominante. As disputas na busca pelo consenso da sociedade dentro dos periódicos podem ser acompanhadas pelo posicionamento institucional dos jornais, se seus projetos são hegemônicos ou contra-hegemônicos, e também quanto a sua atuação que segundo Gramsci se assemelha a de um partido político, assumindo essa função em decorrência dos projetos que defende e naturaliza.

Na vasta obra de Gramsci podemos destacar dois momentos da abordagem do Gramsci sobre a imprensa, como cita Moraes:

Nos textos pré-carcerários – a maioria deles publicados nos jornais *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, ambos vinculados ao PCI⁹ – Gramsci demonstra ter exata noção do papel-chave da imprensa como aparelho privado de hegemonia sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas. Ele critica o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder, bem como as formulas verticalizadas de controle do noticiário de opinião. (MORAES, 2010, p.63)

Já nos Cadernos do Cárcere observamos que:

Retoma as análises sobre a imprensa, qualificando-a como a parte mais importante da dinâmica da superestrutura ideológica e caracterizando-a como a organização material voltada para manter e desenvolver a frente teórica ou ideológica, ou seja, um suporte ideológico o bloco hegemônico (...) articulados de forma orgânica com determinado agrupamento social mais ou menos homogêneo, o qual contribui com orientações gerais para a compreensão dos fatos sociais. (MORAES, 2010, p. 65)

⁹ Partido Comunista Italiano

Ao analisarmos a aplicabilidade do termo de aparelhos privados de hegemonia, o jornal, que se encontra dentro da sociedade civil, assume um papel elementar na busca pelo consenso e na conquista da hegemonia, sendo assim, faz-se necessário a investigação dessa fonte de várias possibilidades de estudo, a sua importância se dá pelo fato de estar dentro da sociedade civil e produzir nela efeitos com seus posicionamentos, e tendo Gramsci estudado e teorizado sobre a importância da Sociedade Civil e do consenso, faz-se necessário uma crítica quanto ao posicionamento desses periódicos dentro da sociedade e demonstrar seu papel.

3.2. A Transição e suas crises

Na análise dos jornais, é preciso identificar seus posicionamentos com relação às problemáticas apresentadas de acordo com a dinâmica do período, mostraremos como os dois periódicos selecionados se posicionam sobre as crises da reorganização do que chamamos de Nova República, num momento secundário mostraremos os embates que decorrem da Assembleia Nacional Constituinte, e no momento final, com a pesquisa nos periódicos do resultado desse governo e projeto empreendido pelos que estavam no poder sobre o novo regime que ali surgia, finalizando ou não o período da Transição brasileira à democracia.

Antes é necessário um apanhado dos dois impressos selecionados para este trabalho, os jornais *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*, para levantar algumas informações pertinentes. O jornal *O Imparcial* foi fundado em 1926 e tornou-se mais tarde parte do conglomerado dos Diários Associados, empresa que controla vários impressos pelo Brasil, o que já demonstra sua posição de ligação mais forte com o cenário nacional. Um dos maiores jornais de circulação na ilha, bem formulado nas questões de impressão, é bem formatado e traz notícias locais, nacionais e internacionais. Seções bem divididas, entre Política, economia, cultura e também espaços para os acontecimentos do interior do Maranhão e da cidade de São Luís, ao analisar seus exemplares encontramos um superintendente que atuava em Brasília, Edilson Cid Varela, o diretor geral do jornal em São Luís, Luis Pedro Batista Freire, e o secretário da redação, Jose Ribamar Gomes. Sua tiragem é de ordem diária e seu preço

era de Cr\$ 500,00, embora algumas edições tivessem um pouco mais de páginas, a média ficava em 14.

O Estado do Maranhão foi fundado em 1º de maio de 1973, por José Sarney e Bandeira Tribuzi depois que adquiriram o antigo Jornal do Dia, que circulou no Maranhão entre os anos de 1953 até 1973. Jornal bem organizado apresenta várias colunas e também parte de política, economia e cultura. Ao analisar os exemplares seu corpo editorial permaneceu o mesmo entre os anos de 1985 e 1990, sendo seu superintendente Pedro Costa e tendo como diretor da redação Antônio Carlos Lima. Sua distribuição era feita diariamente, seu preço era de Cr\$ 500,00 e tinha em média 14 páginas.

Com relação ao recorte temporal, temos o primeiro governo civil após longos 21 anos de ditadura militar, necessário observar que a escolha da chapa Tancredo-Sarney, foi feita de maneira indireta através do colégio eleitoral, até a votação várias movimentações foram feitas para garantir a vitória da chapa. Os setores militares estiveram presentes na composição dessa unidade de forças que viria a ganhar a primeira eleição para a Presidência após o golpe de 1964, com a derrubada de João Goulart.

Nos primeiros meses de governo, os jornais posicionaram-se com relação a eleição do colegiado sobre a sucessão presidencial, passada a eleição e a vitória da chapa Tancredo- Sarney, as possibilidades dos ministeriáveis e também sobre o modelo de gestão, suscitam nos jornais um posicionamento um tanto quanto em favor da ordem e da legalidade, em virtude das várias pressões, advindas tanto da oposição e ate mesmo de setores das Forças Armadas, os jornais procuram amenizar a situação buscando elementos para demonstrar que as forças eleitas estavam respaldadas para processar as devidas mudanças rumo à democracia. O jornal O Imparcial, no dia 18 de janeiro de 1985, posiciona-se através do editorial “Hora de Vigilância”:

A vigilância que se impõe portanto, é como os que estão do mesmo lado. É uma vigilância, que os bons se impõem, porque desejam, realmente, que o novo governo possa conduzir o país com segurança com tranqüilidade e, principalmente, como propósito de alcançar sua destinação no plano político internacional, pelo desenvolvimento econômico e pela eliminação de quaisquer perigos sociais. (Hora de Vigilância. **O Imparcial**, São Luís, 18, jan, 1985. P.4)

A mesma linha é vista também no O Estado do Maranhão, na coluna de Lustosa da Costa:

O discurso de Tancredo Neves no congresso nacional atende a inúmeras conveniências. Não perde, com isso, o tom de reparação ao povo das diretas, que teve primeiro, antes de todos os políticos a audácia de sonhar – embalado pela hibernação cívica do regime militar – um país parecido com o que se inaugura hoje. Ainda que tarde, está convidado a tomar posse ao lado de Tancredo. Sua presença na festa era indispensável, para mostrar com quantas poses se faz uma Nova República. (O dia da caça, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 16, março, 1985. P.4)

O período todo é marcado por crises, vale ressaltar que a primeira delas é resultado da morte de Tancredo, frente a isso os jornais se posicionam em favor da posse do vice José Sarney em virtude de alguns setores que não eram favoráveis que o vice chegasse a presidência, setores do PMDB e da Frente Liberal, resistiam ao seu nome tendo em vista a grande aliança na Aliança democrática, frente suprapartidária de sustentação da vitória da chapa e que tinham interesses na divisão do novo governo. Os jornais buscam o entendimento em torno da posse do vice, o imparcial opta pela defesa da posse do vice, amparado principalmente na constituição, a capa do dia 15 de março de 1985, reforça a posse de Sarney frente o quadro de saúde de Tancredo:

Após a doença e operação de Tancredo Neves surgiu uma grande polemica sobre quem assumiria a presidência uma vez que o mandato do presidente Figueiredo e do vice presidente Aureliano Chaves termina hoje as 11 horas. Os juristas Paulo Brossard, Evaristo de Macedo Filho, Armando Falcão e Afonso Arinos de Melo Franco afirmam que a faixa presidencial deve ser passada ao vice- Presidente eleito José Sarney. (Tancredo é operado. Sarney assume, **O Imparcial**, São Luís, 15, março, 1985. P.1)

No jornal O Estado do Maranhão, observamos a crítica aos que tentavam tumultuar o projeto, sempre buscando uma linha de apaziguamento político quanto ao projeto definido pela vitória da aliança, na coluna de Lustosa da Costa, *Oposição sim, desestabilização não*, fica clara essa abordagem:

Assim também na política. É claro que ninguém vai deixar de fazer cobranças ao novo presidente somente por lembrar os anos de terror de Médici não é razoável, porem, deixemos de ver no presente o que a ascensão de Tancredo Neves á presidência da republica representa de avanço notável na plenitude democrática e ajudá-lo na condução desse percurso é imperativo de bom senso. (Oposição sim, desestabilização não, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 15, março, 1985. P.4)

Essa defesa da posse e crítica à oposição que desestabilizaria o processo de transmissão do poder é observada nos jornais como prejudicial à ordem que iria surgir, os projetos estariam ameaçados por qualquer evento estranho aos que já estavam

agendados, fazia parte expressa do projeto da abertura a continuidade e a posse dos eleitos pelo colégio eleitoral, por isso esse forte posicionamento, frente até mesmo às ameaças de setores do exército.

Passado a primeira turbulência frente a sua posse, Sarney teria que controlar um dos principais problemas da sociedade brasileira a época, a economia. Os três planos econômicos do seu governo podem ser encarados do ponto de vista político de tentar angariar mais força ao seu mandato, tendo em vista o esvaziamento do poder da presidência. O Plano Cruzado é visto como um dos mais importantes, dada a natureza dele e também com relação aos seus efeitos, lançado em 28 de fevereiro de 1986, buscava além de controlar a inflação garantir também vitória nas eleições de 1985 para as prefeituras e em 1986 para os governadores de Estado. Embora tenha conseguido sucesso num primeiro momento, o congelamento de preços não agradou aos empresários que o burlavam, causando assim uma crise, nesse período vemos um forte posicionamento quanto ao Plano Cruzado, no *Imparcial*:

Começaram os golpes contra a economia popular. Comerciantes inescrupulosos estão sangrando a bolsa do povo, contrariando as regras do plano cruzado. O recurso é mesquinho, embora eficaz contra os menos desprevenidos. Usando de artifícios conseguem os objetivos. Justificando comprarem mais caro vendem além da tabela. (...) Está errado. Ninguém deve aceitar a desculpa. O caminho para corrigir a distorção todo mundo sabe é recorrer-se ao órgão responsável pelo cumprimento da tabela – a SUNAB. Aceitar o jogo é correr o risco de prejudicar o programa do governo, que, congelando o salário de todo mundo, se comprometeu a zelar pela economia popular. Para que melhor o povo dispusesse de condições, para denunciar a infração, na qualidade de “xerifes do presidente”, seria necessário que o próprio órgão fiscalizador exigisse no ato da venda do produto, uma nota fiscal com a especificação do mesmo e do respectivo preço. (...) Assim, seria diferente. O comerciante que acintosamente desafia o plano do governo ao infligir a lei, ficaria vulnerável aos olhos da justiça, sendo passivo de pesadas multas e de prisão de acordo com o caso. Não teria coragem de contrariar o esquema. (Desafios ao Plano, **O Imparcial**, São Luís, 04, julho, 1986. P.4)

O jornal *O Estado do Maranhão*, também exalta o plano e podemos observar que como *O Imparcial*, o plano é colocado e a população participa ativamente dele, o congelamento é explicitado como necessário ao ajuste da economia, o que cairia por terra com o fracasso do plano, levando o governo José Sarney a uma baixa popularidade:

A batalha mais difícil e mais complicada desta guerra contra a inflação, inflação zero ou não, é sem duvida a do congelamento dos preços. E a mais importante também. É a batalha que não pode ser perdida em hipótese alguma. (...) Aquela expressão popular “guerra é guerra” nunca se aplicou tão bem como nesta guerra contra a inflação deflagrada pelo próprio presidente, e abraçada com tanto entusiasmo pelos 135 milhões de brasileiros que merecem a honra de serem nomeados “fiscais do presidente”. (...) O prazo de referencia do programa é de um ano, porem é apenas um prazo de referencia, é bom que se frise. É impossível calcular com precisão qual será o prazo necessário para que se atinja a estabilidade econômica proposta, mas não é impossível prever que o Presidente José Sarney não permitira que as medidas de controle impostas pelo governo sejam relaxadas irresponsavelmente sobre qualquer pretexto. (Congelamento até a batalha final, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1º, abril, 1986. P.4)

Em virtude dessas várias crises, é possível observar no jornal *O Imparcial* a tentativa de sustentação do projeto político em torno da sustentação dos projetos propostos e balizados pelos planos econômicos, se em virtude de suas falhas e retorno a crise e incapacidade de se produzir efeitos de melhorias na economia, buscava-se através de pactos firmados com vários setores da sociedade civil, soluções que permitissem alongar as promessas e frear qualquer tentativa por parte da população de descontentamento com o projeto, *O Imparcial*:

O governo não tem negado as falhas e rigor do CRUZADO II mas, embora, justifique os remendos como convenientes ao Brasil, face a dívida externa, também, elogia-se o mérito, através das declarações dos ministros das áreas econômica e trabalhista, ser possível uma revisão, principalmente nos índices da inflação, com providencias para sanar alguns desvios. O pacto social proposto deve ser aceito, como um meio de tentar corrigir-se questões relacionadas ao realinhamento geral de preços, tarifas e salários seguido do novo congelamento, novo calculo do índice de preços ao consumidor, como base oficial da inflação e dos cálculos dos reajustes salariais. (...) Nada como tentar, por mais uma vez, o entendimento e a formação do pacto social, será melhor que a pregação solitária no deserto. (Pacto Social, **O Imparcial**, São Luís, 17, dezembro, 1986. P.4)

3.3. Embates na Constituinte e o nascimento de uma Democracia limitada

Ainda no período, um fato que merece atenção é o da instalação da Assembleia Nacional Constituinte e de algumas disputas em torno da Constituição de 1988, chamada de a Constituição cidadã, por ter inserido uma série de direitos e liberdades civis, é marcada também por uma serie de questões que acontecem no governo Sarney.

Podemos facilmente colocar a constituição de 1988 num processo de intenso debate político frente aos projetos, o primeiro elencado nos jornais é quanto a participação popular frente à constituinte, evidente que vindo de um regime de esfacelamento do consenso era necessário elementos que buscassem a reintrodução das massas no governo, essa sustentação vai ser base para o novo regime, se no produto final temos uma participação popular limitada, elencando somente a questão do voto no conjunto político do país, podemos perceber que no processo várias camadas antes renegadas a discussão de um projeto tiveram certa ação frente a constituinte, embora na fase das votações as alianças locais de poder, com o centro dividido entre os governadores estaduais que mandavam nas bancadas federais vetassem a maioria das reivindicações de apelo popular. Embora ela seja instalada no congresso nacional somente em primeiro de fevereiro de 1987, antes mesmo já aparece nos jornais, tendo em vista seu grau de importância no período. No jornal O imparcial, a preocupação de demonstrar como seria feito o processo aparece em julho de 1986:

A comissão de notáveis presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco, que recebeu a incumbência do presidente da república para elaborar um documento contendo normas para sugestão a constituição, com vistas para dar ao país uma nova carta magna intensificou nesses últimos dias o trabalho, sendo nítidas algumas ideias contidas nos documentos. (...) A futura constituição se depender de ideias tão heterogêneas, sem dúvida, que nada lhe faltara para conseguir uma consagração pública. (Constituição dos notáveis, **O Imparcial**, São Luís, 12, julho, 1986. P.4)

Em O Estado do Maranhão, percebemos a mesma tônica no posicionamento da reconciliação e participação de todos na construção da nova constituição, O Estado do Maranhão:

O presidente José Sarney falou ontem a nação durante 13 minutos em cadeia nacional de rádio e televisão, abordando entre outros temas, a implantação hoje da Assembleia Nacional Constituinte. Salientou que os constituintes de 1987 estão realizando uma obra para o futuro, para durar, com a missão mais alta de elaborar um documento sagrado, como foi a carta do Rei João, para a Inglaterra, ou a Constituição americana, que já atravessa dois séculos. (...) com a posse hoje as 9 horas dos 487 deputados, e as 10 horas dos 72 senadores, começara a grande festa do congresso, cujo ponto alto será a instalação da 5ª Assembleia Nacional Constituinte aberta com a chegada do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Moreira Alves, que passará em revista a guarda de honra e, acompanhado do presidente da câmara Ulisses Guimarães e o 1º vice presidente do senado Guilherme Palmeira, aguardara o presidente José Sarney no salão nobre do

senado. A 28 de junho de 1985, três meses após a instalação da Nova República, o Presidente José Sarney assinou a proposta de emenda constitucional convocando a Assembleia nacional Constituinte, que a partir de hoje terá a incumbência de elaborar a 8ª Constituição Brasileira. Concretizava-se, dessa forma, a primeira etapa no processo de reconstitucionalização do país e de restabelecimento do estado do direito com o fim das leis de exceção, que durante 21 anos governaram o Brasil. (5ª Assembleia Constituinte do Brasil é instalada hoje, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1º, fevereiro, 1987. P.1)

Um ponto dissonante do posicionamento sobre a defesa de uma constituinte feita por todos é vista no texto de Helio Silva, onde faz uma crítica de maneira contundente aos interesses por trás de uma constituinte ligada as votações locais, em contraponto defende uma constituinte exclusiva, esta sim não ficaria refém do lobby dos militares e também das bancadas na câmara e no senado:

O erro é tão clamoroso que não encontra pai putativo, e surgem versões contraditórias, mais tendentes a encobrir a autoria do erro do que em revelar a verdade. O senador Fernando Henrique declarou que a ideia de uma Constituinte congressual fez parte dos entendimentos secretos do presidente Tancredo Neves com as cúpulas militares receosas de uma constituinte exclusiva que quisesse fazer uma nova constituição removendo o entulho totalitário de 64, 67 e 69. E o fez com autoridade de quem participou por dentro da campanha que levou Tancredo Neves a vencer a campanha no colégio eleitoral. Também é admissível que o presidente José Sarney tivesse de contentar deputados e senadores interessados na prorrogação de suas regalias em novo congresso eleito de cambulhada com a Constituinte. (Constituinte Exclusiva, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 3º, fevereiro, 1987. p.4)

Além do mais, essa crítica é contundente quando lembramos que do esvaziamento dos poderes do presidente em função das máquinas políticas regionais, essas forças estaduais que se concentram na figura dos governadores passam a ter um controle maior na ANC, em virtude do posicionamento de suas bancadas, ficará mais evidente na disputa entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo, dentro da Constituinte, nesse contexto vale frisar o posicionamento dentro do jornal da figura de maior poder no estado, o governador Eptácio Cafeteira:

A decisão do sistema de governo será a mais importante a ser tomada pela Constituinte, porque aborda os costumes políticos de um povo, e se for pra mudar, a Assembleia Nacional Constituinte, ainda que soberana, terá que consultar o povo brasileiro através do plebiscito. Se a opção for pelo sistema presidencialista que é o nosso costume político, essa consulta não se faz necessária, porque no início dos anos 60 o povo disse não ao parlamentarismo. (Não a tese Parlamentarista, **O Estado do Maranhão**, São Luís, 1, setembro, 1987. p.3)

Importante frisar que em *O Imparcial* o mesmo governador defende o presidencialismo e faz sérias críticas ao parlamentarismo no mês de julho de 1987:

O parlamentarismo chegaria aos estados obedecendo o mesmo esquema de poder destinado ao governo federal. Os governadores ficariam sem qualquer poder, enquanto que o partido que tivesse a maioria dos parlamentares faria o primeiro-secretário que passaria a decidir no estado. “Os governadores foram eleitos pelo povo para governar e não serem de repente transformados em figura simbólica, tipo rainha da Inglaterra”. (Parlamentaristas estão enganando a população, **O Imparcial**, São Luís, 1, julho, 1987. p.3)

Essa disputa está inserida num contexto mais complexo, embora os jornais tentem demonstrar que a opção do parlamentarismo seja inadequada e não tenha viabilidade, a defesa do presidencialismo está calçada na possibilidade de mudanças drásticas em toda a estrutura política brasileira, não somente no âmbito federal, as máquinas estaduais que ficavam a cargo do poder concentrado no governador e no plano federal no Presidente, seriam drasticamente modificadas, até mesmo as relações com o setor empresarial seriam diferentes, esta defesa em prol do presidencialismo demarca um posicionamento forte frente a uma mudança possível na nossa República.

Outro ponto de intensa disputa se deu na mudança do tempo de permanência do presidente no cargo, no jornal *O Imparcial* é possível identificar o posicionamento referente a esse episódio:

Definido pela assembleia nacional constituinte o mandato de cinco anos para o presidente Jose Sarney, o povo espera agora que o governo assuma a administração política e econômica da nação. Dividindo o poder com os partidos políticos o presidente Sarney sempre afirmou que estava com as mãos amarradas para tomar algumas decisões importantes, principalmente na área econômica, onde a inflação está castigando o bolso dos trabalhadores e beneficiando os especuladores. (Restabelecido o poder, **O Imparcial**, São Luís, 3, junho, 1988. P.4)

Após a conclusão dos trabalhos na ANC, podemos identificar o posicionamento dos impressos na tentativa de consolidar um novo regime. Embora Constituinte tenha sido marcada por diversos lobby e participação efetivamente popular tenha sido neutralizada pelas bancadas estaduais, os jornais exaltam a nova carta. Em dois momentos de *O Estado do Maranhão* podemos observar essas colocações, Lustosa da Costa faz uma avaliação no texto “Readaptação” no dia 11 de outubro de 1988, onde elenca fatores como da divisão do poder do executivo com o legislativo e já começa a

lançar duas questões referentes a essa mudança de padrão, de olho no legislativo lança a responsabilidade no eleitor, para com as escolhas, entretanto não faz uma menção a uma participação popular efetiva na vida pública brasileira.

Outro posicionamento é visto no texto de Cícero Salles, no jornal O Estado do Maranhão, intitulada de “Saudeamos a Constituição”, do dia 13 de outubro de 1988, este ressalta o papel de Sarney no processo que culminou no final da “Transição”.

Passada a fase de conclusão da Constituinte, e a promulgação da Constituição em outubro de 1988, os olhos se voltam para a disputa das eleições presidenciais em 1989, marcadas por disputas intensas e também por peculiaridades do contexto histórico, mereceram destaque na imprensa pela sua importância e também pelo seu papel de demonstração que o processo, que foi iniciado em 1985 com a posse da chapa Tancredo-Sarney, encerrava-se de fato. Em O Estado do Maranhão, em 1989, podemos observar que os partidos se colocaram na campanha, reportagem do dia 09/05/1989, “Partidos preparam a campanha” onde observamos muitas movimentações que desembocaram em três candidatos. Obtiveram uma maior notabilidade Fernando Collor de Mello do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) e Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Neste aspecto os jornais têm um posicionamento de delegar a população um papel mais central na eleição, após a ditadura e o primeiro presidente civil ser eleito por um colégio eleitoral de maneira indireta, os jornais transmitem à população a sua participação na democracia. O Imparcial sustenta esse posicionamento na matéria “O povo decide quem vai ao segundo turno”, em 15 de novembro de 1989 e também na disputa do segundo turno, na matéria do dia 15 de dezembro no ano de 1989 “Candidatos calam. Povo decide”. O jornal O Estado do Maranhão tenta lançar prognósticos sobre o que poderá acontecer após o fim do governo Sarney, com a matéria “O que pode vir depois do governo” no dia 17 de julho de 1989; abre espaço também para que o presidente José Sarney fale a respeito das eleições, ajudando assim a construir uma imagem de uma figura extremamente ligada ao regime militar, para defensor da democracia, em matéria intitulada “Importante é a democracia, avalia Sarney” no dia 16/12/1989.

Findada as eleições, vitória de Collor de Mello sobre Luis Inácio Lula da Silva, podemos destacar que todo o governo Sarney é marcado por disputas dentro da sociedade civil sobre o modelo de gestão do Estado, a própria vitória de Collor deixa

claro que o modelo vencedor foi o liberal- democrata. Contudo é importante destacar que as crises do período não se encerram por aqui, as disputas dentro da ANC moldaram um Estado ainda com pouca participação social e espaços reduzidos de lutas pelos setores populares. Alguns resquícios da ditadura ainda permanecem em nossa sociedade, debater os limites da transição, não somente nos jornais, é ponto de partida para entendermos os limites da nossa Transição e porque ela ainda precisa ser posta em questão, problematizar os aspectos que nortearam, desde a Distensão, passando pela Abertura até a Transição, é essencial para seu entendimento.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar a imprensa frente aos projetos propostos pela Transição Brasileira e também aspectos da utilização da História do Tempo Presente, teoria de Antonio Gramsci e elementos que nos ajudam a entender os acontecimentos recentes da República. Embora o recorte temporal seja o governo Sarney, abordamos as crises que assolaram a o país, anteriores ao golpe de 1964, e também a demarcação teórica na questão da participação ativa dos setores empresariais, no golpe que deu início à Ditadura Empresarial Militar Brasileira.

Com relação aos jornais analisados, podemos destacar uma semelhança no ponto de vista da defesa de uma Transição pactuada entre os setores da classe dominante brasileira. Tanto O Imparcial, como O Estado do Maranhão, atuam nas diversas oportunidades como Aparelhos Privados de Hegemonia, pois atuam na intenção de torná-los hegemônicos ou então na tentativa de criticar os projetos que se mostram contra-hegemônicos.

Cabe ressaltar o papel central, tanto do O Estado do Maranhão quanto de O Imparcial na defesa de uma Transição que obedecesse aos limites impostos pelos que estavam no poder e gestaram o processo. Em seus conteúdos, fica visível a tentativa de atenuar as varias crises do período invocando a “conciliação”, mesmo que esta estivesse ligada a interesses das classes dominantes e não da população, esses movimentos demonstram as fortes ligações com camadas da classe dominante.

Tanto O imparcial quanto O Estado do Maranhão, mesmo em virtude dos limites propostos a grande maioria da população na participação da vida política brasileira, frente a Constituição, nas eleições de 1989, colocam a participação pura e simples pelo voto como expressão máxima e maior legado da Transição.

Outro ponto de destaque é na defesa do Presidencialismo frente ao Parlamentarismo, proposta essa que iria modificar drasticamente as alianças de diversos setores regionais e também da centralidade nas decisões dos executivos estaduais e federal, rompendo assim como uma rede enorme de ligações clientelísticas na política. A defesa de ambos os jornais em prol do sistema Presidencialista é também a defesa de um modelo que até hoje enfrenta problemas em virtude da alta concentração de poderes na mão dos executivos estaduais e federal, e também nas ligações com os demais setores, até mesmo empresarias, que encontram nesse modelo maiores ligações nas negociações de contratos.

Por fim, destacar a importância das análises sobre a história local, que fornecem elementos para demonstrar que as disputas também eram feitas em terras maranhenses, embora distante dos centros de poder, os estudos ajudam a reduzir impressionismos sobre o Estado e sua participação na política nacional, enfatizando assim, que as dinâmicas nacionais também repercutiam no Estado e já são de grande ajuda para o entendimento das lacunas deixadas nesse período.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

O Estado do Maranhão 15/03/1985 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 16/03/1985 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 01/04/1986 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 01/02/1987 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 03/02/1987 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 01/09/1987 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 11/10/1988 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 13/10/1989 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 09/05/1989 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 17/07/1989 (Localização: REG 418 M/R 406-509)
O Estado do Maranhão 16/12/1989 (Localização: REG 418 M/R 406-509)

O Imparcial 18/01/1985 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 15/03/1985 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 4/07/1986 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 17/12/1986 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 12/06/1986 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 01/07/1987 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 03/07/1988 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 15/11/1989 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)
O Imparcial 15/12/1989 (Localização: REG 420 M/R 294 – 355, 389, 510)

Fontes Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **Afinidades Seletivas**. Boitempo Editorial. 2002

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. **Crises da República: 1954, 1955 e 1961**. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Cadernos do Cárcere, vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Cadernos do Cárcere- Introdução ao Estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HOBBSAWM, Eric. J. **O Presente como História: escrever a história de seu próprio tempo**. *Novos Estudos CEBRAP* N.º 43, novembro 1995 pp. 103-112.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. in PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LEMONS, Renato. **Anistia e crise política no Brasil pós-64**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

MELLO, D. B. **A Miséria da Historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENDONÇA, Sonia Regina. **Estado ampliado como ferramenta metodológica.** In: Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. NIEP-MARX – UFF, 2013. Disponível em. www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/download/35/32

MORAES, Denis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci.** REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan-jun. 2010.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Editora Vozes, 2ª edição, 1984.

MOTTA, Márcia. **“História, memória e tempo presente.”** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Novos domínios da história.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. (2007). *América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado.* Revista Historia e Lutas de Classe, ano 3- edição nº 4. pag.49.

PADRÓS, Enrique Serra. **História Do Tempo Presente, Ditaduras De Segurança Nacional E Arquivos Repressivos.** Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan. / jun. 2009.

SALLUM, Brasília. **Labirintos. Dos generais à nova republica.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Roberto Santana. **Uma análise estrutural do fim da ditadura no Brasil.** Revista Historia e Lutas de Classe, ano 10 - edição nº 17. pag. 53-58.

SECMA. **Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.** --- São Luís: edições SECMA, 2007.

VILLELA, André. **Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963).** In: GIAMBIAGI, Fábio. *Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004).* Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.